

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

8,1
DM

**A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICO-POPULAR DE NATAL
(1960 – 1964)**

PIERRE PINTO CARDOSO

NATAL/RN

1999

PIERRE PINTO CARDOSO

**A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICO-POPULAR DE NATAL
(1960 – 1964)**

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
Professora Denise Mattos Monteiro, do
Curso de História da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, sob a orientação do
Professor José Antonio Spinelli.

NATAL/1999

Aos homens e mulheres
que lutaram nos campos
da história, em favor de
transformações sociais no
Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	02
CAPÍTULO I – CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO NACIONAL E LOCAL	06
1. Os movimentos populares nas décadas de 50 e 60	06
1.1. Ligas Camponesas	10
1.2. Movimento de Cultura Popular	15
2. Populismo e Esquerda no Brasil	18
2.1. Conceito e estruturação do populismo brasileiro	18
2.2. Populismo no Nordeste	24
2.3. Populismo no Rio Grande do Norte	26
2.3.1. Aluizio Alves	26
2.3.2. Djalma Maranhão	31
CAPÍTULO II – A CANDIDATURA DE DJALMA MARANHÃO E A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICO-POPULAR DE NATAL	35
1. As eleições de 1960 e a vitória popular em Natal	35
2. A prefeitura é do povo: 1960-1964	38
2.1. A organização das Finanças Municipais	38
2.2. As ações na área de educação e cultura popular	41
2.3. A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler	43
CAPÍTULO III – O GOLPE E A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE NATAL	47
1. Aluizio Alves e o Golpe de 64	47
2. Repressão contra os participantes da administração popular de Natal	49
CONCLUSÃO	52
BIBLIOGRAFIA/FONTES	54

INTRODUÇÃO

No período em estudo, 1960 à 1964, a organização política das forças populares, marcadamente nacionalistas, a nível nacional, proporcionou a ocupação progressiva do poder político, por esses setores sociais progressistas. Em todo o Brasil havia uma disputa permanente entre a Esquerda nacionalista e a Direita conservadora, o populismo estava em crise e as tensões sociais no campo e na cidade aumentavam. No entanto, a opção política dos setores progressistas residia no apoio a candidaturas populistas identificadas com seus interesses.

Em relação ao populismo brasileiro, alvo de análise por diversos cientistas políticos, convém reassaltar o pensamento de Francisco Weffort:

*“Produto de um período de crise e solidário em sua própria formação com as peculiaridades deste período, o populismo foi um fenômeno político que assumiu diversas facetas e estas foram frequentemente contraditórias. Desse modo, é às vezes difícil para quem tenha vivido, de um modo ou de outro, os problemas dessa etapa histórica, fazer uma referência de conjunto ao movimento populista que englobe toda a sua diversidade. Desde 1945 até 1964, são vários os líderes de ressonância nacional (três presidentes e alguns governadores de Estado) que buscam conquistar a adesão popular nos centros mais urbanizados do País”.*¹

Foi, entretanto, no Nordeste brasileiro, durante as décadas de 50 e início de 60, que o secular subdesenvolvimento sócio-político produziu movimentos sociais como as Ligas Camponesas e trouxe o acirramento das disputas urbanas com a ampliação da influência dos sindicatos e do PCB entre intelectuais, trabalhadores e estudantes, fortalecendo as lutas nacionalistas e democráticas na região. Para Soares:

“As condições de retardamento do Nordeste mantêm em palmos inferiores de vida todos os seus habitantes. Num quadro de calamidades naturais periódicas, grande número de problemas entrava o desenvolvimento da região. Vive o nordestino uma situação de dificuldade, que não se coaduna com seu espírito de iniciativa e capacidade de trabalho. ao fragelo das secas juntam-se os males do latifúndio,

¹ WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio: Paz e Terra, 1978, p. 61

*quase sempre improdutivo, as deficiências de transporte, a dispersão da população, o analfabetismo, as endemias e carências alimentares”.*²

A partir da diferenciação entre os conceitos de sociedade política e civil, realizadas por Gramsci, compreende-se a complexidade do processo político em curso naquele período. Nesse sentido, Coutinho assegura que,

*“a sociedade política, que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc”.*³

Durante a primeira metade da década de 60 percebemos o acirramento das disputas sociais no Brasil, quando a classe dominante procurava reafirmar seu poder, não aceitando a perda do controle sobre a “sociedade política” para os setores organizados da “sociedade civil”, marcadamente nacionalistas e populares.

Assim sendo ocorria uma progressiva compreensão, por parte das classes populares, de seu papel social e de sua força política, reconhecendo-se a necessidade de se ocupar espaços políticos com a eleição de seus representantes. No Rio Grande do Norte, o populismo teve dois principais representantes, Djalma Maranhão e Aluizio Alves, que, ao serem eleitos, tiveram posturas distintas em relação aos movimentos sociais que os apoiaram. O primeiro realizou uma administração comprometida com os setores que o elegeram, o segundo optou pelo afastamento do povo, permanecendo na defesa do poder exercido pela classe dominante.

Os conflitos sociais existentes na fase em que se encontram experimentam, em sua essência, menos irreduzíveis lutas de classes do que conflitos que se travam, no âmbito da cada classe, entre seus setores estáticos e dinâmicos.⁴

² SOARES, José Arlindo. A Frente do Recife, p. 51

³ COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo político sobre seu pensamento político, p. 76-77

⁴ JAGUARIBE, Hélio. Nacionalismo na Realidade Brasileira. in Navarro de Toledo, Caio. p.123

A eleição de Djalma Maranhão para a prefeitura de Natal, em 1960, permitiu que a aliança progressista realizasse experiências e programas na área de educação popular, como a campanha de alfabetização De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, que mobilizou amplos setores da sociedade natalense. Esta campanha de educação popular tinha surgido na campanha política de Djalma Maranhão à Prefeitura de Natal em 1960 e notabilizou-se como uma das contribuições mais importantes de sua administração, já que o analfabetismo em Natal era muito alto. Nesse sentido acrescenta Iva:

*“A situação educacional em Natal era precária. O número de escolas públicas reduziu-se de 11 para 10 nos últimos vinte anos. Segundo o censo de 1960, Natal contava com uma população de 154.276 habitantes, dos quais 60.254 eram analfabetos. Em função deste quadro e das reivindicações populares, o prefeito Maranhão fez da educação a meta número 1 do seu governo”.*⁵

A participação popular na formulação dos objetivos da campanha foi intensa, desde sua criação nos Comitês Nacionalistas, obtendo-se significativa repercussão política e social na sociedade natalense, visto que as inovações na área de educação demonstravam a preocupação da Prefeitura popular de Natal com a educação e conscientização crítica do povo. Para Germano, esta campanha:

*“Deu origem não somente a uma nova rede escolar, mas também possibilitou a organização cultural do município de Natal. Assim sendo, a campanha significou, além das Escolinhas e Acampamentos, a criação de bibliotecas, de praças de cultura, do Teatrinho do Povo, a edificação da Galeria de Arte, a construção de praças de esportes (...). O povo participava e não somente assistia como mero espectador”.*⁶

Infelizmente, a classe dominante em nome da defesa de sua “hegemonia” e de seu controle sobre a “sociedade política”, impediu a continuidade da experiência de participação popular na prefeitura de Natal, através de diversos instrumentos repressivos utilizados com o Golpe Militar de 64.

↳ Nosso objeto de estudo e análise refere-se a contextualização da Prefeitura de Natal, no período de 1960-1964, no quadro político nacional e local, através da caracterização da

⁵ IVA, Justina. Estudantes e Política, p.88

⁶ GERMANO, Willington. Lendo e Aprendendo. A Campanha de Pé no Chão, p. 117

segunda administração de Djalma Maranhão como popular, demonstrando como ocorrera a participação ativa de setores da sociedade civil na formulação dos projetos da Prefeitura.

O presente trabalho analisa o processo político em Natal, no período de 1960-1964, o corte temporal se justifica por ser esse o período da segunda administração de Djalma Maranhão, a frente da Prefeitura natalense.

As fontes pesquisadas foram bibliográficas, basicamente, além disso utilizamos algumas fontes primárias. Os jornais referentes ao período foram utilizados em razão de serem registros históricos significativos sobre as mudanças ocorridas em Natal, no período em análise. Não tivemos acesso direto aos documentos referentes a administração popular de Natal, uma vez que a documentação remanescente está de posse de particulares e em arquivos públicos, locais em encontramos diversas objeções em realizar nossa pesquisa. O trabalho com história oral não foi possível, já que o pouco tempo disponível na realização da pesquisa de campo inviabilizou a tomada de entrevistas.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO NACIONAL E LOCAL

1. Os movimentos populares nas décadas de 50 e 60

As organizações populares nas décadas de 50 e 60 refletiam as contradições existentes no processo de formação política e social do Brasil. Considerando-se as perspectivas sociais existentes, percebe-se um amplo fortalecimento do pensamento nacionalista e reformista, transformador das arcaicas heranças coloniais brasileiras.

Em diversas partes do Brasil existia um crescente desejo de mudança social. No Nordeste consolidavam-se as primeiras experiências de administração popular, com destaque para o Recife e Natal. No Rio Grande do Sul, o governo de Leonel Brizola lutava pela autonomia do Brasil em relação ao capital estrangeiro.

A efervescência política dos movimentos sociais era continuamente estimulada pelas idéias do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que vinha crescendo em todo o país e no Nordeste, em particular. Para Soares o *“crescimento comunista, nos principais estados do país, indica a possibilidade de o partido vir a se tornar uma organização de massa, com profundos vínculos orgânicos com a classe operária”*.⁷

No âmbito da Guerra Fria, o crescimento do Partido Comunista Brasileiro, entre os trabalhadores rurais e urbanos, demonstrava uma progressiva influência dos comunistas nos movimentos sociais, a nível nacional. Para Basbaum:

“O crescimento comunista, nos principais estados do país, indica a possibilidade de o partido vir a se tornar uma organização de massa, com profundos vínculos orgânicos com a classe operária. Em 1946, o Partido Comunista chegou a contar com 180.000 militantes em todo o país. Nesta conjuntura, marcada pela ascensão do movimento de massa, o Partido Comunista obtém significativas vitórias eleitorais nos principais centros urbanos do país, tornando-se majoritário nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Santos, Santo André e em outros centros industriais”.⁸

⁷ SOARÉS, José Arlindo. op. cit., p.32

⁸ BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, 1986

// Nesse período, o Brasil republicano havia até então passado por diferentes fases políticas. A primeira marcada pela transição política realizada pelos militares levou à consolidação da República Velha, oligárquica. Sem espaço político, outros grupos sociais começaram a organizar-se na década de 20 procurando seu lugar ao sol. Os tenentes aparecem como força política emergente, influenciando junto à pequena burguesia urbana. Enquanto os comunistas passam a articular-se com o crescente proletariado urbano e os trabalhadores rurais.

Noutro extremo tínhamos a nascente burguesia industrial brasileira, que principiava sua organização política e também requeria maior participação no poder. Enfraquecidos pela queda acentuada nos preços do café brasileiro, os cafeicultores perdiam gradualmente sua liderança política, dando espaço a dissidências no seio oligárquico.

Permitia-se a organização dos atores políticos, responsáveis pela Revolução de 1930, que através do gaúcho Getúlio Vargas consolidam um Estado intervencionista e nacionalista, apesar das reações contrárias dos cafeicultores paulistas, expostas na Revolução Constitucionalista de 32. No entanto, após um breve período constitucional, Getúlio lidera um golpe de Estado sob o pretexto de combater os comunistas que ameaçavam tomar o país, através do forjado Plano Cohen. Exerceria, daí em diante, um controle efetivo sobre os movimentos sociais e a organização dos trabalhadores, através da estatização dos sindicatos urbanos e rurais. Para Edgard Carone:

"No Brasil nunca houve democracia. Através de toda a nossa história, contudo, o povo manifestou o anseio de atingi-la e exprimiu esse anseio através de numerosas revoluções e movimentos de opinião, particularmente os de 1889 e 1930. A Primeira República, estruturada pela Constituição de 1891, nasceu de um movimento democrático que se desvirtuou com a adesão dos senhores-de-escravo prejudicados pela Abolição, tendo alimentado, desse modo, os germes que deveriam destruí-la. Coisa semelhante aconteceu à segunda República, nascida da Revolução de Outubro de 1930 e legalizada pela Constituição de 1934, que deu ao Brasil um esboço de regime democrático ingloriamente liquidado com os "estados-de-guerra" e o golpe de 10 de novembro de 37. Durante essas duas fases históricas, apenas uma parte mínima do povo brasileiro teve acesso às liberdades democráticas. Na verdade a

democracia só existia para as camadas economicamente mais favoráveis da população. Era uma democracia das falsas elites, afastadas das massas populares".⁹

Durante o Estado Novo, as lutas populares estavam sob o controle do Estado brasileiro e muitos representantes dos trabalhadores foram cooptados para o trabalhismo, passando a legitimar o Estado autoritário. Não se permitia, a organização política autônoma de grupos contrários à orientação oficial, em razão do controle estatal sobre a dinâmica social. Os mais diversos grupos sociais passaram a legitimar o pensamento da classe dominante, tornando-se parte da burocracia do Estado burguês brasileiro.

Em razão, principalmente, do trabalhismo varguista e da coação política, que impedia a livre organização dos trabalhadores, através da proibição do funcionamento de sindicatos não oficiais. Sobre o Estado e sua relação com as massas populares, afirma Poulantzas:

"Tanto é assim que o Estado, trabalhando para a organização da hegemonia, logo para a divisão e desorganização das massas populares, faz de algumas delas, especialmente a pequena burguesia e as classes populares camponesas, verdadeiras classes de apoio do bloco de poder e curto-circuita sua aliança com a classe operária. Essas alianças compromissos, essa relação de forças, incorporam-se no arcabouço de tal ou qual aparelho de Estado que desempenha exatamente essa função. Enfim, se tal aparelho detém o papel dominante no seio do Estado (partidos políticos, parlamento, executivo, administração, exército), não é apenas porque ele concentre o poder da fração hegemônica, mas porque ele consegue da mesma maneira, e ao mesmo tempo, cristalizar a função político-ideológica do Estado diante das classes dominadas. Mas geralmente, as divisões e as contradições internas do Estado, dentre seus diversos setores e aparelhos, no seio de cada um deles, no pessoal de Estado, ocorrem também devido à existência de lutas populares no Estado".¹⁰ (O grifo é nosso)

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a derrota militar dos regimes autoritários europeus promoveu mudanças no quadro político brasileiro. O ditador Getúlio Vargas, pressionado pelos militares e pela elite nacional, deixava o governo depois de 15 anos no

⁹ CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil (1945-1964). p. 03, vol. II

¹⁰ POULANTZAS. O Estado, o Poder e o Socialismo, p. 163-164

poder, em 1945. A redemocratização traria uma maior abertura política para o país, acreditando-se nisso as forças de esquerda, em especial o PCB, se organizam visando as primeiras eleições democráticas após o Estado Novo. Em 46, através da eleição do general Dutra e, a posterior, organização da Constituição de 46 percebia-se que o poder autoritário não tinha findado com a saída de Vargas da Presidência da República.

No entanto, os partidos políticos formados após o Estado Novo tiveram influência direta ou indireta de Getúlio Vargas. Em especial o PTB, partido pelo qual Vargas reelegeu-se presidente em 1950, fortalecido pelos anos de paternalismo estatal, quando encarnou a figura de “pai dos pobres”.

O fato mais impressionante é sem dúvida termos de constatar que ainda desta vez, a terra não foi tocada, o latifúndio continua a obstruir um desenvolvimento maior na economia do país, e a submeter a miseráveis condições de vida cerca de 45 milhões de brasileiros.¹¹

Para Everardo Dias, o trabalhismo *“tem sido e é um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento do Socialismo no Brasil pelo confucionismo que provocou”*.¹²

Apesar da força ideológica do trabalhismo, a organização dos trabalhadores no campo e na cidade, na década de 50, começava a retomar sua autonomia em relação ao poder de Estado. Segundo assinala Oliveira:

“O que é novo nesse quadro dos anos cinquenta é que o proletariado urbano e rural vai modificando sua relação de força com as outras classes sociais dominantes, e também dominadas; quanto às segundas, sua junção com o conjunto de classes sociais agrárias dominadas, vai dar no movimento popular a imisitada força que conheceu nos anos cinquenta e princípios dos anos sessenta”.¹³

A crescente participação política das classes sociais, reprimidas durante o Estado Novo e suas reminiscências, presentes no período democrático, se consolidava no país e ampliava o desejo de uma democracia plena. Definida nos princípios democráticos de Aristóteles:

¹¹ BASBAUM, op. cit., p. 228

¹² DIAS, Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil, p. 200

¹³ OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião, p. 107

"A democracia mais pura é aquela assim chamada principalmente por causa da igualdade que nela prevalece: pois é isto o que a lei nesse estado determina; que os pobres não fiquem em maior sujeição do que os ricos; nem que o poder supremo caiba a um ou a outro, mas que ambos o compartilhem. Isto porque se liberdade e igualdade, como alguns supõem, são encontradas principalmente na democracia, isto deve ocorrer por estarem todos os departamentos do governo igualmente abertos a todos; mas como o povo está em maioria, e o que vota é lei, segue-se que tal estado deve ser uma democracia".¹⁴

Dessa maneira, a democracia prescinde a participação da maioria nas decisões políticas, a partir do pleno exercício do poder pelos cidadãos, não se admitindo nem a restrição, nem o controle do espaço político por parte de um grupo social específico. A democracia plena, idealizada por Aristóteles, começava a tomar contornos reais no Brasil das décadas de 50 e 60, através de uma progressiva organização das forças populares no campo e na cidade.

1.1. As Ligas Camponesas

Desde os tempos em que era colônia portuguesa, o processo de ocupação da imensidão de terras férteis do Brasil foi marcada pela expropriação e monopólio da terra por parte de alguns beneficiados, normalmente integrantes de famílias tradicionais.

A repartição do Brasil em Sesmarias, grandes latifúndios, sedimentou os germes iniciais da dominação futura dos grandes proprietários de terra sobre uma maioria de despossuídos no amplo território brasileiro.

Quando muito, os camponeses ou trabalhadores rurais tinham acesso a terras emprestadas pelos fazendeiros, que não estavam entre as mais férteis de sua propriedade, para cultivar alguma lavoura de subsistência. No entanto, a dominação do latifundiário se mantinha e o trabalhador submisso não tinha como enfrentar tal situação.

¹⁴ ARISTÓTELES. A Política, p. 87

Porém, esta realidade começou a mudar com o surgimento das Ligas Camponesas, desenvolvidas a partir da redemocratização, imediatamente após o fim do Estado Novo, por influência direta do Partido Comunista Brasileiro. Sob a forma de associações civis eram amparadas pelo Código Civil e firmavam-se como a esperança de melhoria de vida para muitos trabalhadores rurais, que ansiavam pela Reforma Agrária. Em relação a importância do movimento social no campo, caracterizada melhor pela atuação das Ligas Camponesas, afirma Azevedo:

*“A fundação dessas Ligas iria refletir, antes de tudo, a necessidade do PCB de ampliar as suas bases políticas para além das fronteiras urbanas e concretizar a idéia de uma aliança operária-camponesa para se contrapor ao latifúndio e ao imperialismo, de acordo com a estratégia política definida desde os primeiros congressos desse partido. Porém, sob as difíceis condições de ilegalidade e de clandestinidade, e sofrendo uma repressão policial desde a ‘Intentona Comunista’ de 1935, a qual se prolongaria, de forma sistemática, por todo o período do Estado Novo, o Partido Comunista Brasileiro se viu forçado a concentrar os seus quadros e a preservar o seu aparelho partidário nos limites dos grandes centros urbanos e industriais”.*¹⁵

O curto período de legalidade do PCB impulsiona-o a fortalecer sua atuação não só nas cidades, uma vez que *“amplia o raio da sua ação e da sua presença até o campo, onde espera arregimentar uma clientela eleitoral que neutralize, em parte, o poder dos currais eleitorais sob o domínio das oligarquias coronelistas”*.¹⁶

Com a cassação do PCB em 1947 houve uma violenta repressão também a organização dos trabalhadores rurais que, entre 1948 e 1954, pouca mobilização puderam lograr. O temor entre as elites nacional e local impedira a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos rurais, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. No entanto, a criação das Ligas Camponesas reiterou o sonho de mudança social, ao permitir uma crescente mobilização dos trabalhadores rurais nordestinos. Assim sendo esclarece Soares:

¹⁵ AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*, p. 55

¹⁶ AZEVEDO, Fernando Antonio. *op. cit.*, p. 56

*“A organização do movimento camponês no Nordeste foi, sem dúvida, o acontecimento que mais abalou as instituições políticas nacionais e mais pânico provocou nas classes dominantes. Este vai provocar importantes transformações quer no desenlace dos pactos políticos nacionais, quer nas relações internas do movimento popular. Sem dúvida, foi o acontecimento que mais impacto provocou e mais questões colocou para as direções das classes populares. No caso do Nordeste, a partir de 1955, a criação e expansão das Ligas Camponesas – entidade civil que não necessitava submeter-se aos rigores que a lei impunha para a criação de sindicatos rurais – fizeram aflorar os conflitos estruturais, além do permitido pelo jogo político institucional”.*¹⁷

Através de uma progressiva organização política, os trabalhadores rurais passaram a incomodar as elites dominantes constituídas, sendo pejorativamente denominadas por elas de Ligas Camponesas. No entanto, o lendário líder camponês Francisco Julião não se intimidou em utilizar a expressão posta pela classe dominante, que transformou-se em força motriz, em cimento aglutinador da imensa maioria de despossuídos do campo, vítimas da injusta concentração de terras no Brasil. Quanto a origem da denominação **Ligas Camponesas**, explica Callado:

*“Entre a brilhante equipe da educação pela agitação que Pernambuco formou entre seus esquerdistas, seus padres (os esquerdistas) e os comunistas confessos. Julião tem um lugar de honra. Fundou, a 1 de janeiro de 1955, sua Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, e quando seus adversários, para dizerem que a Sociedade tinha caráter subversivo (e tinha mesmo), chamaram-na de Liga Camponesa, Julião viu logo que o nome era bom e adotou-o. Quando o conheci em 1959 e estudei mais pormenorizadamente seu belo trabalho nos campos então ainda escravos de Pernambuco, Julião parecia falado, apesar do seu despreparo teórico, a uma ampla liderança do meio rural brasileiro”.*¹⁸

O nível de organização política dos trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro permitiu a gradual conquista de espaço no campo político institucional, por parte de alguns de seus representantes e aliados políticos. Merece destaque entre os primeiros resultados políticos

¹⁷ SOARES, José Arlindo. op. cit., p. 111

¹⁸ CALLADO, Antonio. Tempo de Arraes: a revolução sem violência. p.8

obtidos pelas Ligas Camponesas, ao perceber-se a importância desempenhada pelo campesinato nas eleições pernambucanas estaduais de outubro de 1958 e municipais de agosto de 1959.

As Ligas teriam garantido a vitória de Cid Sampaio no interior, contribuindo para eleger prefeitos democráticos e progressistas em cidades importantes como Jaboatão, Pesqueira, Cabo e Vitória do Santo Antão. Apesar da maioria de seus filiados serem analfabetos e Julião ter conseguido poucos votos para a Câmara Federal, o fato mais importante *“se refere a quebra do controle coronelístico nas áreas onde os camponeses estavam mais organizados”*.¹⁹

A ausência de uma estruturação orgânica e programática definida, além da defender a reforma agrária, mantiveram as Ligas mais como um movimento agrário do que uma organização política. A partir da criação de um conselho regional político, tentou-se inicialmente revesti-la de um caráter orgânico, com uma perspectiva própria. A participação de membros de diferentes partidos e intelectuais tornou possível definir algumas linhas mestras de atuação para as Ligas, mas não conseguiu estabelecer a esperada conexão com o movimento popular urbano. Permitira-se, pouco a pouco, o controle político-ideológico das Ligas Camponesas por parte do Partido Comunista, fato que gerou diversas dificuldades referentes ao direcionamento de suas ações, definidas por orientações divergentes na direção do movimento. Em relação ao desenvolvimento das Ligas Camponesas afirma Azevedo:

“Seria entre 1960 e 1961 que as Ligas iriam amadurecer, ideologicamente, a palavra de ordem da reforma agrária radical, que passaria a ser o princípio estratégico da luta camponesa. Por trás dessa consigna, encontrava-se toda uma concepção da revolução brasileira, muito embora, do ponto de vista político e tático, a prática das Ligas tenha sido contraditória e por vezes conflituosa, reflexo das orientações divergentes dos grupos e facções internas, em luta entre si pelo controle da organização que, em nenhum momento, salvo em fins de 1963, conseguiu armar uma estrutura vertical e centralizada que unificasse as suas ações”.²⁰

¹⁹ JULIÃO, Francisco. O Papel das Ligas nas Eleições. O Estado de São Paulo de 10/12/1959

²⁰ AZEVEDO, Fernando Antonio. op. cit., p. 86

Significativas mudanças políticas e ideológicas nas Ligas Camponesas, como influência direta da Revolução Cubana, contrariando as ordenanças do Partido Comunista, ocorrem em 1960, quando o movimento social adquire notoriedade nacional com a invasão e posterior desapropriação do Engenho Galiléia, em Pernambuco. Neste caso, a vitória dos camponeses significou para as Ligas uma demonstração de força e contribuiu *“para a sua expansão em Pernambuco, na medida em que a desapropriação funcionou como um mecanismo de efeito-demonstração para os camponeses”*.²¹

A ampliação e crescimento das Ligas passa a ocorrer não só em Pernambuco, mas também no restante do país, de norte a sul, principalmente na Paraíba *“cujas principais Delegacias foram controladas rigidamente pelo Comitê Estadual do PCB, que as manteve à margem da influência de Julião e dos grupos dissidentes do Partido”*.²²

No I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, ocorrido em Belo Horizonte as divergências entre O PCB – atuando através da ULTRAB - e as Ligas tornaram mais acirrada a disputa pela hegemonia interna no movimento social. Nesse sentido assinala Soares:

“O choque político-ideológico entre a ULTRAB, de orientação comunista, e as Ligas, radicalizadas pela Revolução Cubana e com a influência de pequenos grupos mais à esquerda, como os trotskistas, tornou-se inevitável. Os acirrados antagonismos sociais no campo favoreciam o aparecimento de tendências que se colocavam à esquerda da ortodoxia comunista. A partir daí torna-se pública a polêmica entre a direção das Ligas e o Partido Comunista”.²³

Com a perda gradual de influência junto as Ligas, o Partido Comunista passa a investir politicamente na organização dos camponeses em sindicatos rurais. De maneira que poderiam ser facilmente doutrinados pela orientação central do PCB, através do *“reconhecimento dos sindicatos rurais, as Ligas perdem um pouco o ímpeto e o Partido Comunista reassume praticamente a hegemonia na movimento camponês na região”*.²⁴

²¹ Idem, ibidem

²² AZEVEDO, Fernando Antonio. op. cit., p. 87

²³ SOARES, José Arlindo. op. cit., p. 116

²⁴ AZEVEDO, Fernando Antonio. op. cit., p. 93

Ademais toda a luta social promovida no Brasil, durante o final da década de 50 e início de 60, pelas Ligas Camponesas esbarrava na tendência natural dos políticos e sindicalistas da ala nacional-populista, em participar do pacto elitista institucional, que adequava os condicionantes para a mudança da realidade social brasileira nas eleições. Tais lideranças não compreendiam o crescente desejo de mudanças sociais imediatas no país, nem tendiam a fugir do pacto elitista, moldado pela frágil democracia brasileira.

Segundo o conceito de democracia populista de Gaetano Mosca, o controle popular geral é impossível:

*“Não obstante, a extensão em que a classe dominante é sensível aos desejos populares e aos resultados das eleições depende até certo ponto do sistema constitucional, da ideologia predominante e da doutrinação social. Doutrinas e preceitos constitucionais dispendo sobre soberania popular e governo da maioria são os que exercem os mais fracos de todos os controles sobre os governantes. Isto por que, uma vez que a maioria não governa em nenhum caso, as doutrinas e preceitos desse tipo na verdade conferem poder ilimitado à minoria governante, a qual, naturalmente, alega representar a maioria”.*²⁵

Parcela considerável dos sindicalistas do campo e da cidade, defensores das transformações sociais pela via democrática, influíram pouco na defesa da democracia que legitimavam quando ocorreu o Golpe Militar de 64. Limitaram-se a fazer apelos aos setores institucionais para que mantivessem a “legalidade”:

*“Na agonia do regime populista, as direções sindicais são incapazes de esboçar qualquer reação independente e limitam-se a apelar para a defesa das instituições, pondo-se publicamente sob o comando das palavras de ordem dos políticos nacionalistas. As lideranças do sindicalismo nacionalista-populista, que se mostravam tão eficientes nas campanhas eleitorais, revelam-se perplexas nos momentos de aguçamento das crises político-sociais. Isso porque, dependentes do jogo político institucional, não conseguem vislumbrar o encaminhamento de qualquer saída independente para o proletariado e demais setores explorados”.*²⁶

²⁵ MOSCA, G. In: Robert Dahl. Um Prefácio à Teoria Democrática. p. 56-57

²⁶ SOARES. José Arlindo. op. cit., p. 125

O processo político brasileiro na década de 60 tinha levado o país a um impasse institucional entre as forças conservadoras, aliadas aos EUA e a classe dominante brasileira, e as forças transformadoras, representadas pelos diferentes movimentos sociais existentes no campo e na cidade.

1.2. O Movimento de Cultura Popular

A organização política das camadas populares adquiriu maior força através do nacionalismo reformista, difundido pelos populistas, influenciando também nas manifestações culturais na década de 60. O que trouxe modificações na cultura brasileira, ao impulsionar a elite a conhecer o país, fomentando em seus intelectuais orgânicos, do tipo Câmara Cascudo e Gilberto Freire, o que *“indica os esforços de compreensão da realidade brasileira realizados por uma elite aristocratizante que vinha perdendo poder”*.²⁷

Na realidade brasileira, a dimensão da cultura nacional, formulada secularmente no mandonismo dos grandes proprietários de terra, engloba uma série de elementos exteriores que não se ligam somente a estrutura do poder dominante, mas também as manifestações culturais das classes excluídas, sejam elas negras, mestiças ou indígenas. A externalização desses elementos diferenciadores do perfil cultural brasileiro denotam força nos movimentos de cultura popular, engendrados na década de 60 pelo povo brasileiro.

Apesar do controle exercido pela elite nacional sobre o povo brasileiro, a desvalorização da cultura verdadeiramente nacional, proveniente do legado secular dos construtores desse país, chamada pela elite de “cultura popular” e, portanto, no seu entender inferior em gênero, número e grau a sua “cultura erudita”. A organização dos movimentos de cultura popular feitas por estudantes, populares, trabalhadores do campo e da cidade tornou-se progressiva, essas manifestações culturais tornavam-se uma produção coletiva do povo

²⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*, p. 58

brasileiro, mas no contexto da época eram entendidas como “*lutas contra as relações de dominação entre as sociedades contemporâneas, e contra as desigualdades básicas das relações sociais no interior das sociedades*”.²⁸

→ Os Centros Populares de Cultura (CPCs), criados pela UNE, foram nesse período de agitação política e cultural, a principal contribuição dos estudantes à organização das forças transformadoras da sociedade brasileira, ao estimular a livre expressão cultural dos intelectuais e artistas contra a situação de opressão psicológica, promovida pelo sistema capitalista, entendido como alienante das consciências individuais, ao sobrevalorizar o coletivo, em favor do individual. Entre os idealizadores dos Centros de Cultura Popular estava Oduvaldo Viana Filho, que decidiu junto com seus companheiros do Teatro de Arena de São Paulo contribuir para a conscientização do povo. A esse respeito Justina Iva afirma:

*“A perspectiva era reunir o público que freqüentava o teatro com outros segmentos da população. Daí a idéia de criar os Centros de Cultura Popular (CPCs), cuja viabilização requeria duas condições básicas: mobilizar um grande número de ativistas e dispor de um aparelho administrativo com poder de propaganda e mobilização. A alternativa encontrada foi vinculá-los à UNE. Assim surgiu o primeiro CPC, em dezembro de 1961, na gestão do estudante baiano Oliveiros Guanais, sob a liderança de Oduvaldo Viana Filho, do cineasta Leon Hirszman e do sociólogo Carlos Estevão Martins”.*²⁹

Os fundadores do CPC tinham como principal objetivo a politização do povo brasileiro, que seria conquistada com a utilização de uma arte crítica, transformadora e promotora de mudanças de consciência. Estes estudantes idealistas partiram para a ação política, acreditando que através da utilização da cultura ampliariam o universo de pessoas conscientes politicamente, sedimentando caminhos para a transformação da realidade brasileira:

²⁸ SANTOS, José Luiz dos. Ideologia, p. 86

²⁹ IVA, Justina. Estudantes e Política, p. 103

"Nessa tarefa, a UNE-Volante desempenhou um papel importante. Voltada fundamentalmente para o público estudantil, ela possibilitou o contato direto das lideranças com as bases operárias e camponesas de todo o país, pois suas excursões apresentavam peças teatrais em praças públicas, sindicatos e organizações camponesas, além de shows, documentários, exposições gráficas e exibição de filmes. Um dos projetos foi a construção de um Teatro da UNE. Inaugurado na noite de 30 de março de 1964, o sonhado Teatro seria destruído no dia seguinte, sem nunca ter estreado".³⁰

No RN, o CPC mudou de nome ficando CCP, em decorrência do temor de seu fundador no estado, de que se confundisse o referido grupo com o Teatro Universitário do Rio Grande do Norte, que desempenhava funções parecidas com as do CPC. Em Natal, o CCP organizou palestras e debates sobre temas atuais nos sindicatos e associações de bairros.

2. Populismo e Esquerda no Brasil

2.1. Conceito e estruturação do populismo brasileiro

O populismo desenvolveu-se no Brasil, a partir de diferentes condicionantes sociais e políticos. A partir da Revolução de 30, a classe média urbana, o operariado nascente e os trabalhadores rurais ansiavam por maior espaço político. Segundo Weffort *"o populismo se define como uma ideologia pequeno-burguesa capaz, em condições históricas próprias à sociedade capitalista, de impor-se à classe operária em constituição"*.³¹ No entanto, o aumento de influência desses grupos sociais não remetia em concessões políticas feitas pela classe dominante. Nesse sentido, o populismo brasileiro se enquadraria numa luta de facções sociais pelo poder, existente em razão da própria debilidade da classe dominante em assumir o direcionamento do Estado brasileiro.

³⁰ Apud IVA, Justina. *Estudantes e Política*, p. 121

³¹ WEFFORT, Francisco. *Política das Massas*. p. 177-178

Dessa maneira favorecia-se a constituição de um Estado de Compromisso, onde o líder populista adquiria a função de mediador ou árbitro diante dos conflitos e reivindicações específicas das diferentes classes sociais. Quanto a dificuldade de legitimação enfrentada pela classe dominante brasileira, assinala Weffort:

"Incapazes de legitimar por si próprias a dominação que exercem, necessitarão recorrer a intermediários – primeiro Vargas e depois os líderes populistas da etapa democrática – que estabeleçam alianças com os setores urbanos das classes subalternas. E está aí, por outro lado, uma das limitações decisivas do populismo. Primeiro: a eficácia do líder populista nas funções de governo dependerá da margem de compromisso que ocasionalmente exista entre os grupos dominantes, de sua habilidade pessoal para superar, como árbitro, os enfrentamentos e para encarnar a imagem da soberania do Estado, em face das forças sociais em conflito. Em segundo lugar: do lado das massas populares, a manipulação populista estará sempre limitada pela pressão que espontaneamente essas podem realizar e pelo nível crescente de suas reivindicações".³²

Interessava ao bloco de poder constituído pela elite brasileira, que o regime democrático, instituído com o término do Estado Novo, legitimasse e atendesse seus interesses de classe hegemônica. Num outro extremo dessa conjuntura pós-Estado Novo, num processo de organização e politização progressiva encontravam-se as classes populares, ansiosas por reformas sociais e políticas, de modo a atender suas necessidades específicas. Para elas, tornava-se imprescindível modificar as estruturas políticas e econômicas do Brasil, adequando-as a seus interesses de classes, até então marginalizadas do processo político nacional, visando a constituição de um nacionalismo socializante. A visualização dessa mudança tornava-se possível, a partir da emergência de políticos populistas que davam alento às classes emergentes, fazendo-as acreditar ser possível através da representação política no campo democrático, a realização das mudanças necessárias a consolidação da justiça social no Brasil.

³² WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira, p. 45

Décio Saes assegura que as raízes do populismo brasileiro encontram-se no Tenentismo nacionalista, que através de um discurso ideológico em torno da mudança, agradava as camadas médias da sociedade, agregando-as à sua prática política. Salienta que o Tenentismo não se desenvolveu nas regiões mais industrializadas do país, mas sobretudo em áreas subdesenvolvidas onde a classe média possuía riscos de uma proletarização:

*“Em outras palavras, queremos sugerir que a ideologia populista não nasceu nas regiões mais urbanizadas e mais industrializadas do país; constituiu-se mais provavelmente nos focos do Tenentismo nacionalista, embora depois de trinta ela tenha sido difundida junto às massas urbanas das regiões mais integradas ao capitalismo industrial”.*³³

Dessa maneira o populismo não deve ser encarado como uma ideologia burguesa, mas como *“a ideologia das classes médias já desembaraçadas da ascendência social das oligarquias, e politicamente representadas pelo Tenentismo nacionalista”.*³⁴

Em síntese, o populismo brasileiro constituiu-se como uma ideologia de Estado criada pelos representantes da classe média, afirmando-se como expressão política da classe operária, motivava o amortecimento das disputas, entre os grupos sociais pertencentes a esquerda nacionalista e a direita conservadora no Brasil das décadas de 50 e 60. Para Saes, o *“processo decisório populista é, desse modo, caracterizado por uma instabilidade permanente na medida em que nenhum dos grupos dominantes aprova, a cada momento, o conjunto das decisões resultantes do jogo político”.*³⁵

As reivindicações de alguns setores da esquerda nacionalista, avessos as reformas democráticas do Estado burguês, defendiam a transformação revolucionária do país, por não acreditarem nas mudanças realizadas nos políticos populistas.

³³ SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil, p. 89

³⁴ SAES, Décio., op. cit., p. 91 Id., ibid., p. 108

³⁵ Id., ibid., p. 108

A ideologia dominante nessas organizações da esquerda nacionalista era difundida por meio de notas públicas e manifestos, como o do 1º de maio de 1956, escrito pela Direção Nacional do Partido Operário Revolucionário:

*“Em nosso país, o governo dos setores ‘nacionalistas’ da burguesia, o governo de Juscelino e Jango, procura especular com a desorganização das massas brasileiras, com as derrotas do imperialismo diante da revolução colonial e com as rivalidades entre os países imperialistas. Com estas manobras, a burguesia nacional visa arrancar algumas concessões do imperialismo ianque. Esse é o programa, um programa tímido, vacilante e conciliador. Do seu programa não consta a expulsão completa do imperialismo, mesmo porque a burguesia sabe que o imperialismo a prejudica mas a permite viver, enquanto que a revolução proletária acabará com a exploração. Ela sabe, por isso, que o imperialismo será seu aliado na luta contra as massas. Do programa da burguesia não consta uma verdadeira reforma agrária que acabe com o latifúndio, por que os interesses da burguesia estão, em grande parte, fundidos com os interesses dos latifundiários”.*³⁶

Apesar da crítica feita ao populismo pela esquerda trotskista, as articulações políticas das camadas médias e dos trabalhadores conferiam aos políticos populistas uma considerável sustentação e mitificação entre os setores populares.

A eleição de Jânio Quadros para a Presidência da República, no início da década de 60, e de João Goulart, eleito vice, desencadeara uma inusitada situação para o populismo brasileiro. Uma vez que Jânio não se encaixava nos moldes do político populista, desde sua campanha para presidente, quando tentava dar conotação popular à sua imagem.

Os palanques transformaram-se em verdadeiros palcos de tragicomédias, onde Jânio tomava injeções em público, simulava desmaios e comia sanduíche de mortadela levados no bolso. E era carregado nos ombros do povo!³⁷

A campanha eleitoral de Jânio Quadros havia, num dado momento, obscurecido alguns aspectos característicos, inerentes aos representantes da elite brasileira. Segundo Skidmore:

³⁶ CARONE, Edgard. op. cit., 526

³⁷ BARROS, Edgard Luiz de. O Brasil de 1945 a 1964, p. 53

"Ao invés de debater os limites da improvisação administrativa de Juscelino Kubitschek, o candidato desenvolvera uma crítica moralista quanto à ineficiência burocrática e a injustiça social que prometeu varrer (o símbolo usado em sua campanha era uma vassoura) com a força de sua personalidade. Pouco havia sido explicado quanto ao modo de superar os limites institucionais da política precedente. Finalmente, o resultado da eleição havia obscurecido o conflito potencial, também cuidadosamente evitado durante a presidência de Kubitschek, entre os populistas e o poder estabelecido".³⁸

Com a eleição de Jânio Quadros, a direita estava aparentemente fortalecida através da vitória da UDN. Para os grupos elitistas, o discurso eleitoral de mudanças profundas no país não passaria da eleição. Mas, ao assumir o poder Jânio se propõe a cumprir o que havia prometido em campanha. Uma vez que o Brasil se encontrava mergulhado numa profunda crise em diversos setores. O próprio Jânio Quadros numa entrevista afirmara:

"Tão graves como a situação econômica e financeira se me afigura a crise moral, administrativa e político-social em que mergulhamos. Vejo a administração emperrada pela burocracia e manietada por uma legislação obsoleta. Vejo as classes erguerem-se, uma a uma, contra a coletividade, ciosas de vantagens particulares, esquecidas de que o patrimônio é de todos. Vejo o favoritismo, o compadrio, sugando a seiva da Nação, mal se divisa a distinção entre o que é sagrado e o que é profano. Tudo se consente ao poderoso, nada se tolera ao sem fortuna".³⁹

A partir de posicionamentos considerados pelos udenistas de esquerdizantes como a condecoração de Che Guevara e o reatamento das relações do Brasil com a União Soviética, a UDN afasta-se de Jânio e convence a classe média e os militares a fazer o mesmo. Com a popularidade em baixa e recebendo críticas até de seus antigos aliados, Jânio tenta uma virada política e renuncia à Presidência, afirmando que:

³⁸ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Getúlio. Paz e Terra, p. 238

³⁹ O Estado de São Paulo, 1-2-1961

"Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses, cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido, dia e noite, trabalhando infatigavelmente sem prevenções nem rancores.(...) Sinto-me porém esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração".⁴⁰

Quando da renúncia de Quadros, o vice-presidente da República, João Goulart, encontrava-se em missão oficial na China. Os grupos conservadores, liderados pelos militares de direita e por Carlos Lacerda, não aceitariam que um "comunista" presidisse o país, nesse sentido organizam um golpe branco, ao impedir a posse de Jango na presidência com plenos poderes. Para isso é criado o Parlamentarismo, através da Emenda Constitucional de 02 de setembro de 1961.

A atuação direta da elite no funcionamento das instituições políticas do Estado brasileiro, no período de 45 à 64, confirma teses gramscianas sobre hegemonia, revolução-restauração e sociedade civil. Nesse sentido, a classe dominante procura manter-se no poder frente o crescimento dos setores revolucionários, passando por cima da sociedade civil, ao utilizar-se de meios autoritários para manter o Estado sob seu controle. Assim, a democracia não tem importância sendo apenas um instrumento para fazer valer os interesses da classe hegemônica.

Exercitava-se, em essência, uma concepção instrumental de democracia, onde esta servia apenas como um veículo para a conquista do poder no Estado, para se implantar, a partir daí, novas formas de participação popular.⁴¹

A partir do parlamentarismo forçado, a luta entre os setores populares, representados por populistas como Jango, Brizola e Arraes, e as classes dominantes se acirra. O retorno ao sistema presidencialista através do plebiscito popular de 63, não diminuiu o ímpeto das forças populares que comandavam uma frente nacional pelas Reformas de Base, enquanto que os conservadores de direita articulavam-se visando a realização do Golpe Militar de 64.

⁴⁰ O Estado de São Paulo, 26-8-1961

⁴¹ BARROS, Edgard de. op. cit., p. 16

2.2. Populismo no Nordeste

A estrutura econômica do Nordeste brasileiro de base agrária, não havia se modificado na década de 60, apesar das medidas industrializantes de sucessivos governos, desde o Estado Novo. Configurando a existência de uma distribuição desigual do desenvolvimento industrial no Brasil, que privilegia o Centro-Sul, é notório o poderio político dos latifundiários nordestinos, o que tendia a manter-se inalterado.

O fato inusitado no Nordeste era a crescente organização dos trabalhadores rurais, a partir das Ligas Camponesas, que punham medo na elite dominante local. Em Pernambuco, os movimentos de trabalhadores rurais e urbanos ampliavam sua organização, fomentando o debate sobre a situação sócio-econômica do país no cotidiano de milhares de trabalhadores analfabetos e semi-alfabetizados. Esses setores populares partiam conscientes da importância de sua participação política, através do engajamento em diversas campanhas políticas no Nordeste na década de 50 e na luta pelas reformas sociais no Brasil. Segundo Moacyr de Góes:

*“Em 1956, a oposição ganha o governo do Rio Grande do Norte; em 1958, o da Bahia e o de Pernambuco. Nesse ano, Miguel Arraes chega à Prefeitura do Recife e Djalma Maranhão já é prefeito de Natal desde 1956. Em 1960 a oposição volta a vencer para a o governo do Rio Grande do Norte; Djalma Maranhão se elege o 1º prefeito de Natal pelo voto direto; em 1962, Miguel Arraes se elege para o governo de Pernambuco. As forças populares e democráticas abriam um espaço maior no Nordeste”.*⁴²

Com a eleição de Miguel Arraes para o governo de Pernambuco, as Ligas Camponesas garantiam participação efetiva no poder político local, contrariando frontalmente os interesses oligárquicos da elite agrária pernambucana. Estas vitórias eleitorais em todo o nordeste davam

⁴² GÓES, Moacyr de. De Pé no Chão se Aprende a Ler, p. 23

novo alento ao sofrido, mas esperançoso povo nordestino. A esse respeito, assinala Callado que,

“Pernambuco é, nesse momento, o maior laboratório de experiências sociais e o maior produtor de idéias do Brasil. É o estado mais democrático de Federação. Lá a gente repara, mesmo, que a democracia não tem nada de habitual no Brasil. Dois fatores principais se terão combinado para favorecer o aparecimento desse clima pernambucano de liberdade: um movimento de agitação de massas que preencheu, em poucos anos, o papel da educação que essas nunca tinham tido, e a eleição, para o Governo do Estado, de um homem do povo. Miguel Arraes é o primeiro homem do povo a dirigir uma das unidades de maior atraso mental e mais arraigadas pretensões aristocráticas do Brasil”.⁴³

Dessa maneira existia um sentimento crescente entre os pernambucanos humildes de que a revolução brasileira começava a ser realizada, sem violência, pela via democrática.

Adquirindo mais espaço político, em contrapartida ocorria a perda gradual do poder pelos poderosos latifundiários pernambucanos, proprietários de fazendas, engenhos e usinas.

O exemplo das Ligas Camponesas incentivava os movimentos populares nordestinos a conquistar o poder político, através do apoio a populistas, identificados com seus interesses.

Nos discursos de Arraes, a intervenção do campesinato na luta pelos direitos significava um esforço para remover os entraves semifeudais na agricultura e promover a sua modernização. Para as oligarquias, *“a presença organizada das massas trabalhadoras representava de fato uma ameaça ao seu poder tradicional e ao sistema de propriedade vigente”*.⁴⁴

Nesse processo de organização e conquista de espaço político no campo institucional, por parte dos setores populares nordestinos surgem os movimentos de educação e cultura popular, organizados pelos governos populares. Como afirma Oliveira,

⁴³ CALLADO, Antonio. op. cit., p. 47

⁴⁴ SOARES, José Arlindo. op.cit., p. 97

*“é no Nordeste que vão surgir os chamados movimentos de educação de base; é no Nordeste que a instituição como a Igreja começa a tomar posição aberta pela reforma agrária; é no Nordeste que vai emergir o chamado processo de educação orientado por Paulo Freire, cuja raiz reside na conscientização; é no Nordeste que o movimento de cultura popular do governo Miguel Arraes, desde a prefeitura do Recife, não apenas põe em prática o método Paulo Freire, mas começa a valorizar os elementos da cultura popular para, a partir deles, desmistificar os processos de dominação e exploração; é no Nordeste, mas precisamente sob o governo municipal de Djalma Maranhão, que se produz o magnífico movimento educacional, cuja sigla era De Pé no Chão se Aprende a Ler, que não se reduz a uma questão de economia, mas propunha uma educação para o poder”.*⁴⁵

As idéias revolucionárias presentes na educação popular trouxeram o alento esperado para os trabalhadores, fortalecendo o desejo coletivo de modificar a realidade brasileira. No entanto, as elites nordestina e nacional preferiram manter restrito o poder no Brasil, sendo intolerantes e conservadoras, desmantelam violentamente a organização popular com o advento do Golpe Militar de 64.

2.3. Populismo no Rio Grande do Norte

2.3.1. Aluizio Alves

O populismo durante as décadas de 50 e 60 configurou-se como característica importante na compreensão das lutas sociais travadas no período, através do aparecimento de figuras míticas que se apresentavam como defensores do Brasil e do povo e, normalmente, assumiam uma postura política nacionalista.

No Rio Grande do Norte, Aluizio Alves constuiu seu estilo populista, a partir de diferentes etapas, que passaram pela conquista de espaço e de propriedade sobre alguns meios de comunicação. Em relação a ascensão política de Aluizio Alves, afirma Silva que:

⁴⁵ OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião, p. 112

"Aluizio Alves iniciou sua vida pública como jornalista e radialista, sendo, portanto, este um dos motivos pelos quais os meios de comunicação sempre tiveram importância extraordinária em sua carreira. Em 1942, como repórter do jornal A República, teve seu nome pela primeira vez envolvido em um acontecimento político de maior importância, ao lançar e organizar uma 'campanha de assistência aos flagelados' da seca daquele ano. E dali, até 1946, esteve envolvido em praticamente todos os projetos de assistência social que se realizaram no Estado".⁴⁶

A prática do assistencialismo realizada por Aluizio Alves desde a década de 40 proporcionou-lhe a alcunha futura de "Cavaleiro da Esperança", conseguindo maior espaço no campo político entre os mais humildes. Através de dois programas de rádio, durante a Segunda Guerra Mundial, Aluizio fora auxiliado nessa empreitada: O Glória Brasil e a Oração de Ave Maria. Analisando os títulos dos programas tornam-se visíveis seus ideais nacionalista e religioso, o que lhe permitiu fazer uma aliança com a Igreja e demais setores conservadores.

Dessa maneira, Aluizio Alves adentrava mais e mais no universo psicológico da gente humilde, sendo idealizado com minimizador do sofrimento, o homem que trazia esperança. Foi por estes caminhos tipicamente populistas que Aluizio Alves começou a amearhar seu eleitorado, que o contemplaria pela primeira vez elegendo-o deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) em 1946, com cerca de 6.000 votos.

Reelegeu-se sucessivamente até 1960, sempre com votações expressivas, teve uma atuação destacada na Câmara Federal (entre suas conquistas parlamentares, inclui-se a criação do programa de crédito de emergência em casos de seca no Nordeste, em 1958, projeto que acabou sendo um dos seus carros-chefes na campanha para o governo do Estado), aproximou-se de grandes nomes da política nacional, como Magalhães Pinto e Carlos Lacerda (chegou a dirigir a Tribuna da Imprensa, no lugar deste, em 1955), obteve o cargo de secretário-geral da UDN nacional.⁴⁷

A análise da conjuntura política no Nordeste, durante a década de 50, nos remete as várias derrotas políticas sofridas pela elite agrária nordestina em diversos estados, significando

⁴⁶ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Em Busca do Voto Perdido, p. 24

⁴⁷ SILVA, Carlos Lins. op. cit., p.24

a ascensão no cenário político regional das massas populares, fato que se confirmaria também no Rio Grande do Norte. Segundo Francisco de Oliveira,

*“em um estado como o Rio Grande do Norte, a correlação de forças e suas mudanças indicam o mesmo movimento: a cisão produzida pela penetração da burguesia do Centro-Sul: a ala de Dinarte Mariz continuará sendo a mais lidima expressão da oligarquia agrária algodoeiro-pecuária, enquanto o ‘populismo’ de Aluizio Alves é um resultado da penetração do Estado Nacional Burguês”.*⁴⁸

No Rio Grande do Norte, os partidos e agremiações políticas que se formaram com o fim do Estado Novo, a exceção do Partido Comunista, posto na ilegalidade em 1947, foram objeto do controle político da elite agrária local. A oligarquia potiguar exercia influência e controle direto sobre os destinos políticos e administrativos do RN.

Para Furtado, o controle político exercido pelas oligarquias agrárias ocorrido ao fim do Estado Novo, realizava-se através de dois partidos principais, oriundos da divisão do Partido Popular, sendo que *“sua ala mais radical na oposição a Getúlio Vargas formara a União Democrática Nacional. A outra ala, o Partido Social Democrático, se constituiu de elementos menos extremados no combater Getúlio Vargas”.*⁴⁹

Tratava-se, portanto, de um confronto entre as facções da oligarquia agrária e, por conseguinte, os partidos eram simples expressões nominais, através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder. Nesse sentido não se pode jamais falar na existência de contradições de caráter secundário, concordando todos no essencial: a preservação da situação.⁵⁰

Somente nas eleições de 1960, o domínio oligárquico começa a entrar em crise no Rio Grande do Norte, quando novos atores políticos organizam-se na perspectiva concreta de ascensão ao poder. Dessa maneira *“essas eleições foram uma expressão da crise do domínio*

⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., p.73

⁴⁹ FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. p. 223

⁵⁰ GERMANO, José Willington. op. cit. 48

⁵¹ SILVA, Carlos Lins. op. cit., p. 27

oligárquico no estado, onde havia uma conjuntura que favorecia o surgimento de uma candidatura populista".⁵¹

Em face das desavenças no bloco de poder hegemônico no RN, Aluizio Alves agregase ao PSD, após ser preterido pelo então governador Dinarte Mariz, como candidato da situação ao governo do Estado pela UDN.

Aluizio, a exemplo de Djalma Maranhão não mantinha, nesse momento, as estreitas relações políticas de outrora com Dinarte Mariz. O rompimento de Aluizio Alves com o influente governador, ambos da UDN, ocorreu pela não indicação do jovem populista ao governo do Estado. Em represália, o personalista Aluizio Alves deixa a UDN e assume uma postura oposicionista, devido a conveniência política daquela eleição, aliando-se a setores populares. Segundo Iva,

"sua dissidência com o então líder udenista no Estado, o governador Dinarte Mariz, não acontecera por questões de princípios político-ideológicos. O que os separou foi o desejo manifestado por Aluizio Alves de concorrer às eleições governamentais como candidato a governador de Estado, com o que não concordou Dinarte. Diante desse impasse Aluizio rompeu com seu partido e vestiu a camisa da oposição no RN durante a campanha, numa aliança com o PSD, PTB e PTN, apoiado inclusive por forças de esquerda".⁵²

Essas eleições caracterizam-se pela estruturação de duas frentes políticas distintas: a primeira, de situação, fora organizada pelo poderoso governador Dinarte Mariz, que não escondia o uso e abuso da máquina governamental para eleger seus candidatos e apadrinhados. A segunda, de oposição, era formada por políticos dissidentes do bloco de poder hegemônico, como Aluizio Alves, e de esquerda, como Djalma Maranhão, que contava com o apoio dos sindicatos, dos movimentos nacionalista e estudantil. Estes segundo grupo político formou uma frente nacionalista para concorrer às eleições de 1960 estaduais e municipais no Rio Grande do Norte.

⁵¹ SILVA, Carlos Lins. op. cit., p. 27

⁵² IVA, Justina. op. cit., p. 67

Nesse período, Djalma Maranhão realizava sua primeira administração a frente da prefeitura de Natal, pois tinha sido nomeado prefeito por Dinarte Mariz, em 1956. As constantes divergências políticas com Dinarte Mariz provocaram o rompimento político entre ambos. Apesar de não ter sido eleito pelo povo, mas indicado pelo governador, Djalma Maranhão demonstrou responsabilidade e competência na sua primeira administração, fato que aproximou-o dos setores populares. Essa relação de respeito mútuo com os natalenses foi responsável pela adesão maciça da população as campanhas para a prefeitura de Natal e o governo do Estado, encabeçadas por Djalma Maranhão e Aluizio Alves, respectivamente, em 1960.

No entanto, após a expressiva vitória para o governo do Estado, Aluizio Alves demonstrou o político conservador que era, ao reprimir os movimentos e organizações populares, que lhe deram apoio na eleição. Como relata Iva:

*“Eleito governador do Estado com 22.881 votos a mais que seu mais forte concorrente, Aluizio Alves, tão logo foi empossado, revelou-se autoritário e repressivo perdendo o apoio dos estudantes que participaram da frente nacionalista. (...) Em consonância com a postura autoritária e de intolerância para com os movimentos sociais assumida durante todo seu governo, Aluizio Alves, há menos de um mês de sua posse, desencadeou um longo processo repressivo ao ME (...)”.*⁵³

Acrescente-se, ainda, que a mesma eleição que conduziu Aluizio Alves ao governo do Estado pôs igualmente Djalma Maranhão à frente da prefeitura de Natal, num processo muito semelhante ao que havia ocorrido nas eleições de 1958, em Pernambuco, onde, através de uma aliança, Cid Sampaio seria eleito governador e Miguel Arraes prefeito de Recife em 1959, como Maranhão, em 1960, saíram vitoriosos com o apoio de forças de esquerda.⁵⁴

Assim sendo, após ser eleito Aluizio Alves tratou as forças de esquerda, responsáveis diretamente pela vitória aluizista, em 1960, no Rio Grande do Norte. Os procedimentos

⁵³ Apud IVA, Justina. op. cit., p. 67

⁵⁴ GERMANO, José Willington. op. cit., 50

administrativos de Aluizio Alves demonstraram que sua aliança com a esquerda e o apoio as teses nacionalistas, acabara com sua eleição.

Quanto ao acentuado pensamento internacionalista de Aluizio Alves, convém mencionar a participação efetiva de seu governo no programa norte-americano conhecido como Aliança para o Progresso, utilizando recursos oriundos desse para a realização de sua administração. Germano afirma que *“Aluizio Alves montou um ambicioso programa governamental e vai buscar financiamento para suas obras na Aliança Para o Progresso”*.⁵⁵

Este apoio dos Estados Unidos a políticos brasileiros “receptivos” era pautado pelo interesse em manter os brasileiros sob a influência direta do imperialismo. Uma vez que o governo norte-americano lutava contra o crescimento do comunismo, não faltavam razões para ampliar e consolidar o leque de aliados do imperialismo na América Latina.

A explícita caracterização pró-Estados Unidos da administração aluizista favorecera o rompimento definitivo entre Aluizio Alves e Djalma Maranhão, em 1962.

Através dos programas desenvolvidos pela USAID, Aluizio Alves perdeu um dos seus aliados na campanha política de 1960, qual seja Djalma Maranhão, eleito prefeito de Natal, que, por sua postura nacionalista, discordava da colaboração com Washington, posta em prática pelo governo do Estado.⁵⁶

2.3.2. Djalma Maranhão

Ao término do Estado Novo, as forças políticas nacionais e locais organizaram-se em torno de legendas representativas dos interesses da classe dominante como o PSD e a UDN. No entanto, no Rio Grande do Norte ocorrera o *“ressurgimento de uma terceira força política”*.⁵⁷ Esta alternativa ao bloco de poder dominante agrupava-se em torno do PSP de Café Filho, sendo a corrente que abrigava as forças progressistas. Nesse partido existia um grupo que se colocava mais a esquerda do cafeísmo, possuidor de um discurso marcadamente

⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 58

⁵⁶ GERMANO, Jose Willington. *op. cit.*, p. 59

⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 67

nacionalista. Esse grupo era liderado por Djalma Maranhão, que nos meados de 50 começa a ganhar expressão e a se consolidar como força política independente das oligarquias, fruto das lutas populares urbanas.

Tornou-se líder graças à sua postura em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos grupos sociais marginalizados, tanto no campo como na cidade. Estimulando a luta contra o latifúndio e o imperialismo, Djalma Maranhão defendia a constituição de um governo popular e democrático.

Djalma Maranhão era um antigo militante do Partido Comunista, tendo participado da Insurreição Comunista de 35, quando na ocasião era cabo do Exército. Com a repressão ao movimento tornou-se prisioneiro político. No entanto, sua atuação no histórico movimento comunista não o livrou, em 1946, da expulsão do PCB. Fora expulso, após ter acusado "*de desonestidade os 'donos do partido' no Estado*".⁵⁸ Depois da expulsão do PCB, Djalma ingressa no PSP, onde seria igualmente expulso por divergências partidárias. Passando a atuar no Partido Trabalhista Nacional (PTN) seria também expulso após a eleição de 1960, quando fora eleito prefeito de Natal, dessa vez por desobedecer a orientação da direção nacional do seu partido que apoiava na eleição presidencial a candidatura de Jânio Quadros, enquanto a direção local apoiava as candidaturas do Marechal Lott e João Goulart para presidente e vice, respectivamente. Finalmente, Djalma Maranhão filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), onde permaneceu até o golpe militar de 64.

Quanto às expulsões de agremiações políticas, estas foram constantes, uma vez que, segundo Germano "*a inquietude e 'desobediência' que caracterizou o comportamento de Djalma Maranhão vai estar sempre à tona*".⁵⁹

Em 1956, Djalma Maranhão fora nomeado prefeito de Natal, pois a cidade não possuía autonomia administrativa, por esta razão os prefeitos eram indicados pelo governador. Este fato político peculiar, em que um representante da esquerda assumia um cargo importante, apoiado por um líder da oligarquia potiguar, ocorreu em razão de um acordo político firmado entre Dinarte Mariz e Djalma Maranhão, que estabelecia o apoio político ao líder udenista na sua candidatura ao governo do estado, em troca de participação da esquerda nacionalista na

⁵⁸ Id., *ibid.*

⁵⁹ GERMANO, Jose Willington. *op. cit.*, p.68

administração de Natal. Esta aliança entre Dinarte e Djalma fez-se por dois motivos, segundo Germano,

“primeiro, a nível nacional, a UDN apoiava Café Filho, na época presidente da República e pertencente aos quadros do PSP, até então partido a que estava filiado Djalma Maranhão, e em segundo, a nível local, a candidatura de Dinarte Mariz fazia oposição ao governo de Silvío Pedroza. Este pertencia ao PSD, que fazia oposição no âmbito federal, através das candidaturas de Juscelino e Jango”.⁶⁰

Este pacto efêmero foi realizado mais pela conjuntura política do que por afinidades políticas ou ideológicas entre os atores políticos em questão. O acordo entre Dinarte e Djalma não tenderia a manter-se por muito tempo, uma vez que a prática política de ambos era totalmente diferente. Dinarte Mariz era *“uma das mais legítimas lideranças da oligarquia algodoeiro-pecuária, sendo um anticomunista ferrenho, tendo mesmo combatido os revolucionários de 35 na região do Seridó, no interior do Estado”*.⁶¹

Djalma Maranhão era um experiente ativista político tendo participado do movimento insurrecionista de 35, constituía-se num comunista convicto, mesmo após ter sido expulso do PCB. Numa carta ao povo norte-rio-grandense, Djalma reafirma sua ideologia:

“Depois de completa e serena autocritica continuo a crer na vitória do socialismo, convicto de que somente a dialética marxista-leninista libertará as massas da opressão e da fome através da socialização dos meios de produção e da entrega da terra aos camponeses”.⁶²

A nomeação de um político de esquerda para a prefeitura de Natal incomodava a elite local, a esse respeito assinala Góes, *“no dia da posse de Djalma Maranhão, a primeira página*

⁶⁰ Idem, ibidem

⁶¹ Apud GERMANO, Jose Willington. op. cit., p.69

⁶² A República. Carta aberta ao povo e ao proletariado, 24/04/46, p. 10

do jornal do PSD vem com a manchete estampada: Um comunista fora nomeado para a Prefeitura de Natal".⁶³

Então, em 1959, ocorrera o rompimento político com Dinarte Mariz e a posterior renúncia de Djalma Maranhão ao cargo de prefeito de Natal. Após este ato de coerência política, motivado também pelas pressões dentro da própria esquerda, Djalma retorna à primeira suplência de deputado federal. Permaneceu na Câmara Federal até 1960, onde teve atuação destacada por sua defesa do nacionalismo, integrando a Frente Parlamentar Nacionalista. Deixando o mandato de deputado federal para assumir a prefeitura de Natal como primeiro prefeito eleito de Natal pelo voto direto, numa campanha marcada pela participação popular.

⁶³ GÓES, Moacyr de. op. cit. p. 19

CAPÍTULO II – A CANDIDATURA DE DJALMA MARANHÃO E A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICO-POPULAR DE NATAL

1. As eleições de 1960 e a vitória popular em Natal

As disputas entre os grupos políticos mais influentes no Rio Grande do Norte, no final da década de 50, dinartistas e aluizistas, distribuídos na UDN e no PSD, visavam a vitória de seus candidatos nos pleitos estadual e municipal, respectivamente, para o governo do Estado e a prefeitura de Natal. A capital do RN tinha conquistado o direito de eleger seu prefeito e vereadores em 1960, em razão *“de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa, que concedia autonomia política e administrativa”*.⁶⁴

Em 1960, o jornalista Aluizio Alves aproveitando-se do carisma adquirido junto às camadas populares e à Igreja Católica, lança-se como candidato ao governo do Estado. Teve ao seu lado uma infra-estrutura propagandística e financeira para eleger-se. Discordante em relação ao nacionalismo, defendido veementemente por Djalma Maranhão, o foco central de Aluizio Alves remetia ao assistencialismo e ao clientelismo, fatos que caracterizaram sua vida pública desde o início.

Quem se tornou o porta-voz dos setores emergentes foi Aluizio Alves que, dois anos antes, havia rompido politicamente com seu protetor Dinarte Mariz, oligarca, dono de usinas de algodão.⁶⁵

Os grupos políticos do Rio Grande do Norte, nesse período, eram formados por latifundiários, grandes e pequenos comerciantes e o emergente empresariado industrial. Aluizio conseguiu obter o apoio desse empresariado ligado à indústria, capitalizando suas ações políticas futuras, na montagem de uma infra-estrutura que permitisse a ampliação dos negócios dos industriais potiguares. Além disso, sua prática populista mobilizou a maioria dos

⁶⁴ GERMANO, Jose Willington. op. cit., p.69

⁶⁵ SILVA, Carlos Lins. op. cit., p. 89

setores da classe média, dos comerciantes e pequenos produtores rurais em favor de sua candidatura. No esteio desse processo, Djalma Maranhão organiza-se junto ao pequeno PTN e lança-se candidato à prefeitura de Natal. Com poucos recursos para a campanha, amparado num discurso nacionalista e populista, Djalma Maranhão consegue mobilizar os setores populares em torno de sua candidatura.

A candidatura de Djalma Maranhão não possuía vinculações a grupos oligárquicos, segundo a **Folha da Tarde** apresentava-se “*como sendo uma candidatura eminentemente popular, sem ligações esquivas com grupos políticos ou econômicos, sua força repousava na força do povo*”.⁶⁶

O crescimento político de Djalma Maranhão estimulou reações dentro da classe dominante do RN, que tentaram impedir sua candidatura. Assegura Germano que:

*“Em janeiro de 1960 foi solicitado o registro da sua candidatura, sob a legenda do PTN, para concorrer às eleições a serem realizadas no mês de outubro. Não tardou que o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Democrático (PSD) impugnassem a candidatura de Djalma Maranhão, sob a alegação de que o mesmo havia exercido o cargo de prefeito de Natal em período imediatamente anterior, conforme previa um dispositivo constitucional, quando na verdade a José Pinto Freire estava entregue, naquele momento a Prefeitura de Natal. A sentença do juiz Evaldo Poty Martins foi a rejeição à impugnação. Não satisfeitas, as forças da reação apelaram para o Tribunal Regional Eleitoral, onde novamente foram derrotadas, pois a sentença do juiz foi mantida pela unanimidade do TRE”.*⁶⁷

A partir daí, Djalma trata de sedimentar ainda mais sua candidatura, que contava com poucos recursos, decidindo criar os Comandos Populares. Que passaram a funcionar como comitês eleitorais, sendo formados por intelectuais, políticos, estudantes, líderes sindicalistas e comunitários. Através desses Comandos Populares foram criados os acampamentos nacionalistas, que funcionavam perto de feiras e mercados de bairros alistando eleitores e

⁶⁶ Folha da Tarde, 19/01/60, p. 1

⁶⁷ GERMANO, Jose Willington. op. cit., p.60

arrecadando fundos para serem gastos na campanha. Consolidava-se a “*campanha do tostão contra o milhão*”.⁶⁸

Com a criação dos comitês nacionalistas, organizados por ruas e bairros, a campanha acentuava-se. Nesses comitês reuniam-se moradores de uma rua ou de um bairro não só para participarem da campanha, mas para debater os problemas e propor ações à futura prefeitura popular, visando a resolução de seus problemas.

Os temas centrais dos debates populares eram diversos, indo desde a realidade local a questões macro como o imperialismo e a dependência econômica. Em relação a essa prática assinala Góes:

*“Em 1960, em Natal o discurso político muitas vezes nasce de baixo para cima, a partir das classes subalternas. Os quadros políticos que integravam a equipe de Djalma Maranhão vão levar aos comitês, que se fundam, principalmente na periferia da cidade, à discussão nacional dos problemas brasileiros e locais”.*⁶⁹

Convém destacar a importância da atuação desses comitês nacionalistas na campanha, em razão deles terem sido “*os grandes responsáveis pela vitória de Djalma Maranhão para Prefeitura, até por que a legenda PTN não tinha peso político nenhum*”.⁷⁰ A aliança direta com os setores populares aglutinava, em torno da candidatura de Djalma, a esquerda nacionalista e os movimentos comunitários natalenses, enchendo o povo de esperança.

As eleições de 03 de outubro de 1960 deram a vitória ao povo natalense, expressa na figura de Djalma Maranhão, derrotando o candidato da situação, Luiz de Barros, obtendo uma expressiva vitória. Sobre a vitória popular, estampava o jornal **Folha da Tarde** em sua manchete,

⁶⁸ GERMANO, Jose Willington. op. cit., p. 71

⁶⁹ GÓES, Moacyr de. op. cit. p. 33

⁷⁰ Idem, ibdem. p. 72

*“as urnas de 03 de outubro, (...) retrataram não só a vitória do nacionalismo, a sua penetração nas massas, como também demonstraram o alto grau de politização do eleitorado natalense. (...), a vitória esmagadora de Djalma Maranhão significou a identificação das massas com os problemas econômicos e administrativos de Natal”.*⁷¹

O caso da eleição de Natal assemelha-se ao caso de Pernambuco, quando os setores populares organizados do campo de da cidade conseguiram eleger Miguel Arraes para a prefeitura do Recife, após essa ter conquistado autonomia político-administrativa em 1955. A Frente do Recife elegeu Arraes para a prefeitura e, posteriormente, conquistou também com o apoio popular o governo de Pernambuco. A semelhança entre Pernambuco e Natal facilitou os contatos iniciais de Djalma Maranhão com Miguel Arraes. O prefeito de Natal, uma vez empossado, tratou de estreitar os laços com os líderes pernambucanos, iniciando um intercâmbio que se manifestaria através de ações como o Movimento de Cultura Popular e a Campanha de “De Pé no Chão se Aprende a Ler”.

2. A prefeitura é do povo: 1960-1964

2.1. A organização das finanças municipais

Ao término da administração de José Pinto Freire, a frente da prefeitura de Natal, o então prefeito exercia, na prática, o conceito weberiano de patrimonialismo, ou seja, ocupava um cargo público executivo e identifica-se como proprietário dele, não havendo separação entre o domínio público e privado, nomeava parentes e amigos da forma que queria. Freire após tomar conhecimento de que a oposição vencera as eleições procura fazer um inventário político, distribuindo centenas de empregos públicos para seus correligionários, aumentando o

⁷¹ Folha da Tarde, 08/10/60, p.1

déficit orçamentário que já assolava as finanças municipais. Atenta a situação, a **Folha da Tarde** denunciava:

*“O pigmeu edil não ficou satisfeito com as duzentas e tantas nomeações feitas no começo do corrente ano. Agora recomeçou a escangalhar o erário municipal, recomeçou a retratar a sua pobre administração, voltou a dar exemplo da sua ineficiência administrativa. O Diário do Município de ontem publicou quase vinte novas nomeações e fala-se que o seu número ascenderá a cento e cinqüenta”.*⁷²

A situação de Natal quando Djalma Maranhão assumiu a 05 de novembro de 1960 era preocupante. Seu antecessor modificou o calendário de pagamento do funcionalismo público para todo dia 04 do mês. De maneira que, ao assumir, Djalma Maranhão recebeu o funcionalismo em atraso, as contas da prefeitura não tinham nenhum recurso disponível para pagar nem parte da folha, pois esses tinham sido utilizados no pagamento de empreiteiros e comerciantes, nada restando para os funcionários públicos. Quanto à incômoda situação criada pelo antecessor de Djalma, assinala Germano:

*“Tendo em vista incompatibilizar Djalma Maranhão com o funcionalismo municipal, logo de saída, José Pinto Freire fez elaborar, através da Secretaria de Finanças, uma tabela de pagamento do pessoal a ter início no dia 04-11-1960. Ora, o5 de novembro era a data da posse de Maranhão na prefeitura, e esta não dispunha de recursos suficientes para efetuar o pagamento do funcionalismo, porquanto José Pinto havia carreado o dinheiro disponível para pagar empreiteiros e firmas comerciais, o que redundou na suspensão do pagamento ao funcionalismo”.*⁷³

Os quadros demonstrativos da Secretaria de Finanças de Natal referentes a receita e a despesa municipal no biênio 61/62 apontavam para um significativo déficit orçamentário e conseqüente inviabilização financeira da administração municipal:

⁷² Folha da Tarde, Natal, 08 de out. 1960

⁷³ GERMANO, Jose Willington. op. cit., p.73

TABELA I
Prefeitura Municipal de Natal
Secretaria de Finanças
Orçamento Municipal do Período
1961/1962⁷⁴

ESPECIFICAÇÃO	Ano de 1961	Ano de 1962	Crescimento ABSOLUTO	Crescimento RELATIVO
Receita Prevista	111.539.000,00	270.103.000,00	158.564.000,00	59%
Despesa Fixada	155.198.756,40	330.896.650,00	175.679.894,00	53%
Déficit Previsto	43.669.756,40	60.793.650,00	60.793.650,00	28%

A previsão orçamentária do referido biênio encetava um aumento na arrecadação municipal acompanhado também de um aumento da despesa. Esta situação agravar-se-ia caso o erário municipal não tomasse medidas visando equilibrar as contas de Natal. A saída encontrada pelo secretário de Finanças do município, Roberto Furtado, foi encaminhar à Câmara dos Vereadores uma proposta de alteração da política tributária, através do alargamento do campo de incidência do fisco municipal sobre os que podiam pagar mais, gerando uma carga maior de impostos para as empresas e profissionais liberais, isentando os natalenses que possuíam uma renda mensal considerada baixa.

O novo Código Tributário do Município de Natal determinava na sua Seção II, Capítulo VI e incisos, os que seriam alvo das isenções:

I- As instituições de Educação e de Assistência Social, desde que suas rendas aplicadas integralmente no País, para os respectivos fins, de acordo com o mesmo art. 31 da Constituição Federal;

II- As Associações e Entidades Culturais e Esportivas;

III- As oficinas que se limitarem a pequenos consertos, com movimento anual até Cr\$ 60.000,00;

⁷⁴ Folha da Tarde – 11/04/1962 e Boletim da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Natal: abril de 1963

IV- Os que nos mercados públicos e nas feiras livres venderem frutas, legumes, flores e outros produtos agrícolas, não transformados;

V- Os vendedores a domicílio, de hortaliças, frutas, legumes, flores, pão, ovos, peixe, carvão e aves, quando não forem estabelecidos com negócios desses gêneros, nem prepostos de estabelecimento;

VI- As casas pias e estabelecimentos de caridade que vendam flores artificiais, doces e artigos cuja confecção seja feita no estabelecimento;

VII- As pequenas oficinas e instituições reconhecidas de utilidade pública, que ministrem conhecimentos profissionais, gratuitamente, às crianças pobres;

VIII- Os pequenos fabricantes, artífices e profissionais, que trabalharem sem auxílio de operários em suas próprias residências;

.. 75

A partir daí, a prefeitura popular de Natal organizou o Cadastro Fiscal municipal, além disso aumentou o Imposto de Indústrias e Profissões. Sendo através da utilização do referido cadastro, que a prefeitura de Natal evitou, em 1961, a evasão de tributos “*de mais de sete mil unidades sujeitas ao Imposto Predial, de mais de três mil, sujeitas ao Imposto de Indústrias e Profissões (...), de mais de três mil, sujeitos ao Imposto de Localização e Funcionamento e mais de quatro mil, sujeitos ao pagamento de Imposto Territorial Urbano*”.⁷⁶

No biênio 1961-62, a prefeitura aumentou os salários do funcionalismo público municipal em 60% e realizou diversas obras como a “*construção do Centro de Formação de Professores, o asfaltamento e iluminação a vapor de mercúrio e fluorescentes das ruas João Pessoa, Ulisses Caldas e Avenida Rio Branco, todas no centro da cidade*”.⁷⁷

Apesar da inflação no período ter sido elevada, as mudanças ocorridas na tributação permitiram o aumento significativo da arrecadação e a conquista do equilíbrio entre receita e despesa pela administração municipal popular de Natal.

2.2. As ações na área de educação e cultura popular

⁷⁵ Natal. Prefeitura Municipal – Código Tributário Municipal. Natal, p. 29-30

⁷⁶ GERMANO, Jose Willington. op. cit., p. 86

⁷⁷ Id., ibid., p. 99

O programa de governo de Djalma Maranhão trazia as marcas dos comitês e das convenções nacionalistas. Por isso mesmo, à base de reivindicações populares, a educação e cultura foram definidas como meta número um do seu governo, surgindo daí a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”.

A realização do I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal, em 1961, promoveu o levantamento das realizadades educacional e cultural da cidade. Na ocasião estiveram presentes, entre outros intelectuais, Luís da Câmara Cascudo que, por sinal, foi figura sempre presente nessa administração, principalmente na política de valorização do folclore.

A proximidade de Djalma Maranhão com o folclore e a cultura popular como um todo era grande, *“durante sua administração Natal foi a cidade em todo o Brasil onde mais se cultivou e reviveu-se essas tradições (...). Djalma Maranhão transformou Natal numa espécie de Pasárgada do folclore”*.⁷⁸

Com a criação das Praças de Cultura efetivou-se uma efervescência cultural na cidade, visto que as mesmas funcionavam como uma espécie de posto de empréstimo de livros, jornal, mural, campo esportivo, teatro de arena para a discussão de temas de interesse da comunidade. Suas instalações eram temporárias, ficando por um determinado tempo nas principais praças da cidade. Essa rotatividade permitia aos natalenses a obtenção de informações, além do acesso à cultura popular e erudita, nos mais diferentes bairros de Natal.

O prefeito oficializou o incentivo a todos os grupos artísticos, que, em Natal, cultivavam danças e autos populares. Na ocasião ocorreu a realização da IV Jornada de Estudo de Folclore, sendo mais uma ação da Prefeitura Municipal. O referido evento procurava *“estudar e debater em mesas redondas que estavam a cargos de estudiosos de nossas tradições, os nossos folguedos populares, e trabalhos outros ligados ao povo natalense”*.⁷⁹

O principal objetivo desse encontro sobre o folclore foi a apresentação de grupos e folguedos, visando a divulgação das tradições locais, no sentido de resgatar os valores culturais da cidade. Emblemando uma máxima cunhada por Djalma Maranhão, onde *“a defesa do folclore brasileiro implica na legítima defesa da cultura popular”*.⁸⁰

⁷⁸ CONDÉ, José In. MARANHÃO, Marcos, p. 137

⁷⁹ Folha da Tarde, 03/01/62, p. 07

⁸⁰ Folha da Tarde, 06/11/60, p. 04

A constante necessidade de levar cultura e conhecimento ao povo gerou em 1963, durante o I Congresso de Cultura Popular, o teatrinho do povo. A prefeitura popular, através desse projeto, visava preencher, mais um espaço deixado pela tradicional elitização da cultura, efetivada pela elite potiguar. Natal, até então, contava apenas com o Teatro Alberto Maranhão, que era restrito a uma elite letrada e econômica. Dessa maneira, a constituição de um teatro popular veio preencher uma deficiência crônica no meio cultural natalense.

O Museu de Arte Popular Câmara Cascudo criado ainda na primeira administração de Djalma Maranhão, adquiriu relevância social na sua segunda administração com a dinamização do seu funcionamento. No seu acervo foram alocadas as mais variadas peças de artistas da terra. Além disso, o Museu passou a ser um espaço privilegiado para valorizar os artistas locais, que não tinham condições de tornar públicas suas obras.

2.2. A Campanha De Pé no Chão se Aprende a Ler

O merecido destaque dado para a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, posta em prática durante a administração popular de Natal, está intimamente ligado a dinamização de políticas educacionais e culturais, identificadas com os setores populares. Sendo exercida pela Diretoria de Ensino e/ou da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), responsável pela elaboração e funcionalidade das mais diversas ações.

O Brasil possuía nos anos 60 um grande percentual de analfabetos, sendo que os programas e campanhas de alfabetização popular foram concebidos sob uma ótica transformadora, via-se a educação como forma de libertação do homem. A imensa maioria dos nordestinos formava uma massa de analfabetos, ignorada pelo poder público até então, que mantinha seu poder com a ignorância alheia.

Normalmente, quando alguns governos não identificados com as lutas populares do período, permitiam a criação de programas de formação básica, compactuavam com um processo educativo tradicional e alienante, a exceção da experiência de Angicos com Paulo

Freire. Dessa maneira eram mantidos e justificados os descaminhos do nosso processo de formação social, onde somente o rico tinha direito a uma boa educação.

Apesar da patente necessidade de alfabetizar o povo, no RN *“as populações pobres viam diminuir as possibilidades de frequentar a escola, as elites eram premiadas com a criação da Universidade do Rio Grande do Norte”*.⁸¹

No RN, apesar da situação política existente demonstrar o predomínio das oligarquias, mantenedoras da exclusão social, através da administração popular de Natal ocorreu o retorno da esperança do mais pobre ao ver uma educação de gratuita e de qualidade para seus filhos. Fugindo da visão excludente de sucessivos administradores públicos, representantes da classe dominante, a prefeitura popular de Natal, a partir de 1960, começava a romper com o tradicionalismo na educação. Dando início a um programa de educação popular que virou referência nacional, constituído sob a liderança do então Secretário de Educação de Natal, o professor Moacyr de Góes.

A campanha de alfabetização popular da prefeitura natalense, logo foi batizada pelo nome de Campanha *“De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”*. Iniciada em 1961 recebeu o metafórico nome, a partir de uma observação feita pelo jornalista Expedito Silva sobre a administração popular de Natal *“querendo dizer, que de agora em diante educação não era mais privilégio, pois todos teriam acesso à escola, sem fardas, com qualquer roupa e até sem calçados”*.⁸² A inusitada afirmação sob a Campanha de alfabetização popular da prefeitura de Natal demonstra a simplicidade e, principalmente, o respeito ao mais carente por parte da administração popular. Para Djalma Maranhão *“a inteligência não está nos pés da criança”*⁸³, ela está na sua vontade de estudar, na sua força interior, na possibilidade de transformação social adquirida com a instrução escolar. Convém salientar que a Campanha não estava centrada somente na alfabetização, mas também em diversas outras ações da prefeitura que, conjugadas, promoviam enormes mudanças no quadro da educação pública em Natal.

Foram criadas escolinhas, acampamentos populares, bibliotecas escolares, praças de cultura, Centro de Formação de Professores, Teatrinho do Povo, Galeria de Arte, criação dos

⁸¹ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 119

⁸² Natal: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Cultura Popular e Pé no Chão. p. 06

⁸³ MARANHÃO, Djalma. De Pé no Chão Se Aprende a Ler. p. 01

Círculos de Leitura, realização de encontros culturais, exposição de arte, incentivo a grupos folclóricos, apresentação de peças teatrais. Em síntese a Campanha *“redundou numa organização cultural da cidade onde o povo participava efetivamente e não apenas assistia como mero espectador”*.⁸⁴

Não foi fácil colocar em prática a Campanha De Pé no Chão, pois as dificuldades de ordem financeira inviabilizaram a construção de escolas e salas de aula de tijolos. Em razão dessa deficiência material, Djalma Maranhão autorizou a criação de salas de aula nos mais diferentes espaços.

Sem recursos para construir prédios escolares, *“a Prefeitura apelou para a população, onde fosse cedida gratuitamente uma sala, aí seria instalada uma escolinha. Sindicatos, sociedades beneficentes, sedes de clubes de futebol, igrejas de todos os credos, residências particulares, abriram suas portas”*.⁸⁵

Em dois anos de Campanha haviam funcionando 271 escolas em espaços não convencionais. Além disso foram criados acampamentos de palha, que serviriam de sala de aula e biblioteca nos bairros mais carentes de Natal.

Inicialmente foi construído o Acampamento das Rocas e, ainda em 1961, edificado o do Carrasco. Em 1962 foram erguidos os Acampamentos das Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aperecida e Igapó, todos bairros populares.⁸⁶

Nesse processo de transformação da realidade social, através da educação, o treinamento dos professores era fundamental, sendo realizado no Centro de Formação de Professores. Lá se estudava uma cartilha formulada pelos movimentos populares, sendo que os cursos oferecidos tinham o seguinte conteúdo programático:

“Processo Espoliativo do Imperialismo, Cultura Brasileira e Aleinação, Cultura Popular, Análise e Crítica da Constituição Brasileira, Realidade Brasileira, Reformas de Base, Aspectos da Economia Brasileira, o Professor Primário em Face da Realidade Brasileira e Análise da Cartilha da Campanha”.⁸⁷

⁸⁴ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 122

⁸⁵ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. op.cit., p. 07

⁸⁶ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 125

⁸⁷ Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. op.cit., p. 16

Dessa maneira, o processo de formação do docente fomentava o debate crítico sobre a realidade brasileira e a condição do país como economia periférica do sistema capitalista. Em sua formação, o professor era visto como agente dinâmico da luta nacionalista e anti-imperialista, tonando-se um multiplicador da esperança de mudança social no país.

Apesar do seu sucesso patente, a Campanha De Pé no Chão não sobreviveu ao Golpe Militar de 64, seus participantes e idealizadores foram perseguidos cassados, presos e torturados. Dezenas de livros foram queimados por serem considerados subversivos pelos traidores do povo brasileiro.

A tendência, no início de 64, era de que a Campanha De Pé no Chão fosse ampliada para outras cidades do interior do RN. Principalmente, depois dos bons resultados obtidos na capital e do intercâmbio constante entre docentes dessas regiões e Natal. Segundo Germano:

"Em sua última fase, antes do golpe, a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler começava a se expandir para o interior. Foi o que ocorreu onde, mediante convênios com prefeituras interioranas, vários municípios começaram a adotar o método de alfabetização da Campanha".⁸⁸

⁸⁸ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 124

CAPÍTULO III – O GOLPE E A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE NATAL

1. Aluízio Alves e o Golpe de 64

O reordenamento das forças conservadoras nacionais e locais, aliadas ao imperialismo norte-americano, influíram diretamente na concretização do movimento golpista de 64. Ademais, as tensões sociais presentes na sociedade brasileira naquele momento colocavam, frente a frente, os setores progressistas da sociedade civil e as forças conservadoras.

O retorno à presidência da República do líder populista João Goulart, em 1963, amadureceu este estado de tensão. Quando assume a presidência, Jango luta pelas Reformas de Base, uma das principais reivindicações dos movimentos nacionalistas de esquerda.

Com a eclosão do movimento civil e militar, que resultou na deposição de Jango, em abril de 64, ocorreu no país a implantação de uma fase repressiva, marcada pela destruição das experiências de administração popular e pelo fim das organizações democráticas de trabalhadores urbanos e rurais. Além disso, a ideologia populista perde seu conteúdo prático de aliança com as classes médias e trabalhadoras, resultando daí o fortalecimento do jogo oligárquico e elitista nas mais diversas regiões brasileiras, amparado pelos aparelhos repressores do Estado brasileiro.

O movimento de 1964 não significou apenas a substituição de atores no poder, mas representou a queda do populismo como estilo político que predominava na política nacional desde 30.⁸⁹

No Rio Grande do Norte, a antiga aliança de Aluízio Alves com os norte-americanos e os setores conservadores não permitiu seu afastamento do poder com o advento do Golpe de 64. Fato que não ocorrera na Prefeitura de Natal, palco de reais mudanças sociais, empreendidas pelas forças de esquerda no estado, lideradas por Djalma Maranhão. O prefeito

⁸⁹ IVA, Justina. op. cit., p. 130

de Natal solidarizou-se com Jango, o presidente deposto pelos militares, e em nota oficial declarou que:

“A posição do prefeito Djalma Maranhão é de defesa da legalidade democrática. A mesma posição assumida quando da posse do presidente João Goulart (...)

- O prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedade de bairros, ruas e praças públicas, na defesa intransigente da legalidade, que possibilitará a libertação do Povo e do País do imperialismo e do latifúndio, a concretização das reformas de base e a construção do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil.

- O prefeito Djalma Maranhão, eleito pela vontade popular, cumpre a sua obrigação de dizer que a prefeitura é a casa do povo onde se instala, nesta hora, o QG da luta da legalidade e da resistência (...).”⁹⁰

O golpe militar constituiu-se num triste momento na história nacional, que significou a castração ideológica de uma geração, em favor do continuísmo elitista, dominante na estrutura política brasileira.

Repetindo o que ocorria em outras partes do país, o movimento militar de 1964 desencadeou uma ação rápida e fulminante, não dando margem ao surgimento de qualquer tipo de resistência.⁹¹

Iniciado pelo governador de Minas Gerais, o golpe teve a adesão direta de Aluizio Alves, que em nota publicada no Diário de Natal, no dia 02 de abril, afirmou:

“O governador do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e objetivos do movimento ontem deflagrado sob a liderança do governador Magalhães Pinto, quer manifestar o seu apoio aos ideais dessa posição que visa a autêntica legalidade democrática realmente ameaçada por atitudes e fatos que não eram ainda do conhecimento público.

Lamenta que o presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte, no plano do seu desenvolvimento econômico-social, além de uma luta

⁹⁰ Nota oficial. Prefeitura do Natal, 1 = 4 = 1964

⁹¹ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 149

áspera por modificar estruturas que precisam ser urgentemente reformadas para atender aos anseios do progresso nacional, não tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país ao impasse intolerável que só pode ser solucionado com o respeito às tradições das forças armadas, o restabelecimento da tranqüilidade e da paz, cujos anseios estão sendo interpretados pela firme e corajosa atitude do governador de Minas.

O governador do Estado pede ao povo que fique tranqüilo e confie no esforço que fará para resguardar os melhores interesses do Rio Grande do Norte e da democracia.

*Aluizio Alves”.*⁹²

Em 1964, o RN estava dividido politicamente entre as oligarquias conservadores e rivais do senador Dinarte Mariz e o governador Aluizio Alves. O peso político de Djalma Maranhão era crescente, sendo apontado como a terceira força, mas como político da esquerda nacionalista apresentava-se como maior adversário das oligarquias locais. Com o movimento golpista restava a elite pôr fim a organização das forças populares, cassando mandatos, prendendo, interrogando e torturando pessoas.

2. Repressão contra os participantes da administração popular de Natal

A criação de uma Ditadura Militar em 1964, através de um Golpe de Estado, dado pelos militares foi a maneira encontrada pela classe dominante brasileira de abafar o desejo de mudança e a crescente participação popular na vida política nacional. Semelhante ao que ocorrera noutras partes do país, a repressão militar no RN contou com a colaboração de políticos como Aluizio Alves, que na ânsia de manter-se no topo do poder estadual apoiou liderou ações repressivas.

No dia seguinte ao Golpe Militar, o governador Aluizio Alves divulgou seu apoio ao golpe militar e às Forças Armadas, assumindo com os militares, a defesa da ditadura no RN. Atribuiu-se o direito de, paralelamente aos militares, iniciar investigações, prisões e torturas.

⁹² Diário de Natal. Nota Oficial do governo do Estado. 02/04/1964

Aluizio formou também sua Comissão de Investigações contratando em Pernambuco, dois policiais com poderes especiais para processar, prender, encarcerar e torturar os supostos subversivos. Com a instalação da Comissão Geral de Investigações pelos militares e de uma outra pelo governador, diversas foram criadas em cada repartição pública estadual, municipal e federal, armando-se a maior rede de investigação policial-militar de toda a história política do Rio Grande do Norte.⁹³

A Comissão de Investigações do RN era um poder paralelo ao dos militares: prendia, torturava e encarcerava nos quartéis. Multiplicando as ações de terror da Ditadura Militar sobre os suspeitos de praticarem atos de subversão no estado.

A ideologia anticomunista, alimentada pelo governo norte-americano, externamente, e pela Igreja Católica, internamente, foram responsáveis diretos pela colocação do Partido Comunista Brasileiro ilegalidade. Sucedendo-se as prisões aos seus membros e simpatizantes, a repressão começava a quebrar a mobilização popular sob a desculpa de manter a Segurança Nacional, de defender a pátria. No Rio Grande do Norte existiam duas importantes lideranças do PCB, o professor Luís Maranhão Filho e o médico Vulpiano Cavalcanti, que foram logo presas e torturadas com o início da Ditadura.

Quando o movimento golpista de 64 foi deflagrado, o prefeito Djalma Maranhão assumiu a defesa da democracia e comunicou que a Prefeitura de Natal tornava-se, a partir daquele momento, o *"quartel-general da legalidade e da resistência"*.⁹⁴

Apesar de sua heróica resistência, o prefeito Djalma Maranhão, político da esquerda nacionalista, que realizava uma administração municipal democrática e popular, integrando suas ações com os anseios da comunidade natalense, ao executar programas de alfabetização e conscientização político-cultural. Através de notas oficiais, o prefeito Djalma Maranhão convocava o povo a resistir, o que não surtiu o efeito esperado.

Em Natal não se viu nenhuma manifestação de rua, seja a favor de João Goulart, seja a favor da prefeitura de Natal, até por que o governador local e o comando das Forças Armadas haviam tomado providências, deixando as tropas de prontidão e em nota oficial, proibindo quaisquer manifestações ou aglomerações. Em razão do isolamento e de sua firmeza de propósitos a frente de uma administração popular, Djalma Maranhão não fez acordos com

⁹³ GALVÃO, Mailde. 1964: Aconteceu em Abril. op. cit., p. 117

⁹⁴ Idem, ibidem p. 113

os golpistas, lutando por meio de suas notas contra a Ditadura. A respeito do conteúdo dessas notas, afirma Galvão:

*“Apresentavam o confronto desigual entre os militares, o governo do estado e o prefeito Djalma Maranhão, que numa atitude muito audaciosa para aquele momento, usou o direito de fazer publicar sua definição política em defesa das instituições democráticas, no momento exato em que era implantada a ditadura e retirados os direitos civis de todos os brasileiros, principalmente dos discordantes do golpe militar”.*⁹⁵

O prefeito de Natal e seus assessores foram sumariamente depostos, a mando do então Governador do Estado, Aluizio Alves.

*“No dia 2 de abril, o prefeito Djalma Maranhão e o seu vice foram conduzidos ao quartel-general do Exército, em pleno expediente de trabalho, sendo sugerido ao prefeito que renunciasse em troca de liberdade. Tendo recusado, Djalma foi detido numa cela do quartel do 16º Regimento de Infantaria”.*⁹⁶

Aliada a repressão realizada pelo governo civil, os participantes da administração popular de Natal foram alvo dos IPMs e das comissões de inquérito, organizadas pelos militares. Além disso sofreram humilhações de todo tipo, que ia da prisão a tortura física e psicológica, alguns tombaram mortos no Brasil, outros como Djalma Maranhão no exílio.

⁹⁵ GALVÃO, Mailde. 1964: Aconteceu em Abril. op. cit., p. 14

⁹⁶ Id., ibid., p. 26

CONCLUSÃO

Convém ressaltar que a experiência de administração popular de Natal está inserida num contexto político maior, onde os movimentos sociais de cunho nacionalista e reformista conquistavam maior influência política na sociedade brasileira, através de uma crescente mobilização popular, que tinha o Nordeste como centro irradiador. A criação deste fato político havia se tornado possível através da aliança entre os mais destacados movimentos sociais urbanos e rurais, conferindo-lhes uma força política mobilizadora, a exemplo do movimento estudantil e das Ligas Camponesas. As posteriores vitórias eleitorais dos representantes desses movimentos, marcadamente populistas, deu possibilidades concretas de tomada do poder com a participação de expressivos setores populares.

Este fenômeno político-social canaliza essas forças para a esfera eleitoral em nível municipal e estadual sobretudo no Nordeste. Em Pernambuco a vitória de Miguel Arraes inicialmente para a prefeitura de Recife e depois para o governo do Estado representa a vitória das forças democrático-populares, assim como no Rio Grande do Norte a eleição de Djalma Maranhão para a prefeitura de Natal faz parte do mesmo processo político. A proximidade geográfica e política desses governos, que tinham em comum o nacionalismo reformista, proporcionou a troca de experiências principalmente na área de educação e cultura popular entre os governos Arraes e Djalma Maranhão. Este intercâmbio entre os governos populistas de Pernambuco e do Rio Grande do Norte fortalecia a educação e a politização das forças populares, o que enfraquecia a influência da elite local sobre as massas urbanas e rurais.

A experiência administrativa da prefeitura de Natal, entre 1960 e 1964, foi marcada por grande participação popular, desde a campanha eleitoral, refletindo-se na formulação de projetos sociais para a cidade, e no debate constante sobre os problemas locais, regionais e nacionais. Nesse período ocorria o exercício da democracia popular em Natal. A desvinculação política, naquele momento, do prefeito Djalma Maranhão de setores da classe dominante local permitiu a realização de uma administração comprometida com os setores

populares. Pois o comprometimento do governo Djalma Maranhão não era com a elite local, mas sim com o povo que o elegeu e continuou participando politicamente da administração.

Diversas iniciativas da prefeitura popular de Natal, como a Campanha De Pé no Chão, tiveram significativa repercussão em nível local e nacional. Tratava-se de iniciativas pioneiras no RN, no sentido de oportunizar a conquista da cidadania política aos natalenses, através da valorização da cultura eminentemente popular e da educação básica acessível ao povo carente da capital.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio M. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República (1930-1960)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

_____. **História Sincera da República (1961-1967)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 3 ed.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CARDOSO, Pierre Pinto. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Pe. João Maria, 1999.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1981. vol. II

CAVALCANTE, Paulo. **O caso eu conto como foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes - memórias**. Recife: Guararapes, 1980.

CHAUÍ, Marilena et alii. **Política Cultural**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 2 ed.

CONDÉ, José. in. MARANHÃO, Marcos. **Djalma Maranhão: Pensamento Político**. Natal: CERN, 1985.

COSTA, Homero de Oliveira. (1996). **“O Partido Comunista no Rio Grande do Norte: 1945-1964”**, In: Cadernos de História, Natal, v. 3 n.1, pág. 51 a 81.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. 2 ed.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, João Maria. **Vertentes**. Rio de Janeiro: Olímpica, 1976.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: Aconteceu em abril**. Natal: Clima, 1994.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: A campanha de pé no chão.** São Paulo: Cortez, 1982.

GOÉS, Moacyr de. **Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964): uma escola democrática.** São Paulo: Cortez, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LIBANIO, João Batista. **Ideologia e Cidadania.** São Paulo: Moderna, 1995.

LIMA, José Ayrton de. **A história das campanhas populares no Rio Grande do Norte.** Natal: Cooperativa dos jornalistas, 1995.

_____. **Ideologia Política do Rádio Norte-Rio-Grandense.** Natal: Cooperativa dos Jornalistas, 1995.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos de dialéctica marxista.** Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MACHADO, João Batista. **Política no atacado e a varejo: A História da República no RN.** Natal, CERN: 1993.

_____. **Como se fazia governador durante o Regime Militar: o ciclo básico no RN (1970-1982).** Natal, RN/Econômico, 1995.

MACHADO, Cristina. **Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARANHÃO, Djalma. **Cartas de um exilado.** Natal: Clima, 1984.

- _____. **O Brasil e a luta anti-imperialista**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/Frente Parlamentar Nacionalista, 1960.
- _____. **Pensamento Político (discursos parlamentares)**. Natal: CERN, 1965.
- MARX, Karl. **Os Pensadores: O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1989.
- _____. "A burguesia e a contra-revolução". *In: Nova Ensaio*, São Paulo, 1986.
- MORAES, Lincoln. **Djalma Maranhão: roteiro para uma bibliografia**. Natal: UFRN, 1995.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. (org.). **Brasil em Perspectiva**. 17. ed. Rio de Janeiro: Primor, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete de. (1992). "Notas sobre a organização da Cultura: uma leitura de Gramsci.", *In: Rev. Vivência*, Natal, v. 5, n.2, pág. 39 a 55.
- PAGE, Joseph A. **A Revolução Que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: Queroz, 1985.

SANTOS, José Luiz dos. **Ideologia**. São Paulo: Brasiliense Coleção Primeiros Passos.

SILVA, José Luiz Werneck da. **A deformação da história ou para não esquecer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e Política: estudo de um movimento (RN: 1960 – 1964)**. São Paulo: Cortez, 1989.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Getúlio**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo de Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SPINELLI, José Antonio. (1994). “Os novos movimentos sociais em perspectiva teórica”, *In: Rev. Vivência*, Natal-RN, v. 08, n.2, pág. 103 a 123.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Da Democracia na América**. Porto-Portugal: RÉS, 1992.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na Política Brasileira**. 2. ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

_____. **Política de Massas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra:1987.

FONTES

- 1) Arquivo da Prefeitura de Natal (1960- 1964)
Natal: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Cultura Popular e Pé no Chão.
Natal, 1963. p. 06
Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. op.cit., p. 07
Natal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. op.cit., p. 16
Natal. Prefeitura Municipal – Código Tributário Municipal. Natal, p. 29-30
- 2) Jornal “Diário de Natal” – Nota Oficial do governo do Estado. 02/04/1964
- 3) Jornal “A República” - Carta aberta ao povo e ao proletariado. 24/04/46. p. 10
- 4) Jornal “Folha da Tarde” (1960-1964), no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte:
Folha da Tarde, 19/01/60, p. 1
Folha da Tarde, 08/10/60, p. 1
Folha da Tarde, 03/01/62
Folha da Tarde, Natal, 08 de out. 1960
Folha da Tarde – 11/04/1962 e Boletim da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Natal: abril de 1963
Folha da Tarde, 06/11/60, p. 04
Folha da Tarde, Nota oficial da Prefeitura do Natal, 1 – 4 – 1964
- 5) Jornal “O Estado de São Paulo”. Entrevista de Francisco Julião. O Papel das Ligas nas Eleições. 10/12/1959
Entrevista de Jânio Quadros. O Estado de São Paulo, 1-2-1961
Entrevista de Jânio Quadros. O Estado de São Paulo, 26-8-1961